



Asemana



SEXTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2008 • ANO XVII • Nº 835 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

DIRECTORA: FILOMENA SILVA

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO A CAMINHO

Pág. 5



LICEU DE ASSOMADA

Professor acusado de assediar aluna de 13 anos

Pág. 2

Carnaval 2008 a folia nas Ilhas

Kriolidadi

Advogado detido dentro do Tribunal de São Vicente

Pág. 18



*LUÍS PIRES
DESVINCULA-SE
DO PAICV*

Pág. 10

BCN
Banco Cabo-verdiano de Negócios

CIFRÃO
JORNAL DE ECONOMIA

6.500\$
6.100\$
6.800\$
3.500\$

Empresas falam em terrorismo e violência fiscal

Bolsa de Valores lança obrigações da IPT

Clube de Golf ameaça CMSV com Tribunal

Aleidia Alfama é a nova directora-geral do Comércio

Preço dos bilhetes de autocarro vai aumentar

Chineses e espanhóis na privatização da Cabnave e Interbase



APRESENTAÇÃO ELECTRÓNICA DE FACTURAS / PAGAMENTO DE SERVIÇOS

Com a GARANTIA, já pode consultar e liquidar as suas facturas nas caixas ATM, a qualquer hora, em qualquer ponto da Rede **vinti4**



Contacte-nos!



Um professor do primeiro ciclo da Escola Secundária Amílcar Cabral, na Assomada, de nome Silvino Oliveira, está a ser acusado de assediar sexualmente uma sua aluna do 7º ano de escolaridade, de 13 anos de idade. Não é a primeira vez que o mesmo professor se vê envolvido numa situação do género – ainda este ano lectivo ele fora acusado, por uma outra aluna, de assédio sexual. Um caso que não teve qualquer desenvolvimento.



Professor acusado de assediar sexualmente aluna no liceu da Assomada

Silvino Oliveira, professor de Língua Portuguesa no Liceu Amílcar Cabral, de Assomada, está a ser alvo de um inquérito mandado instaurar pela direcção desse estabelecimento de ensino. Com alguma relutância, o director desse liceu, Ermelindo Fernandes, acabou por reconhecer a existência de informações que acusam o docente de “conduta imprópria” com as suas alunas.

Segundo Fernandes, as primeiras informações sobre o caso chegaram ao seu conhecimento no dia 21 de Janeiro, através de conversas que circulavam entre os alunos. Ouvindo os comentários, ele apercebeu-se que o pai da aluna em causa tinha ido à escola secundária, tentando agredir Silvino Oliveira. “Logo que tomei conhecimento do caso, comecei a agir para proceder com as medidas que se impunham. Chamei o professor para me explicar o que teria acontecido, mas ele negou as acusações”, relata Fernandes.

O responsável do Liceu de Assomada confessa, no entanto, que não ficou surpreendido com o incidente, pois embora não tenha especificado as ocorrências, referiu que casos do género têm acontecido naquele liceu. Neste caso, reconhece também, Silvino Oliveira já tinha sido acusado antes, neste ano lectivo, de uma outra tentativa de assédio sexual a uma outra aluna da mesma escola. Só que mais tarde a mesma estudante viria a retirar as acusações, chegando mesmo a defender o professor. Diante disso, diz Fernandes, “o processo não andou” por falta de elementos que pudessem provar tal acto por parte daquele educador.

Quanto à denúncia mais recente Ermelindo Fernandes diz tratar-se por enquanto, apenas de uma denúncia. Razão porque o professor em causa ainda não foi formalmente acusado “por insuficiência de elementos que o incriminem”.

“Eutenho confiança nos meus professores e se a acusação for verdade aconselho os outros a não seguirem o mesmo caminho,

que vejam as alunas como filhas e nunca como mulheres”, adverte.

Conforme o nosso interlocutor, para todos os efeitos, o caso em referência já foi encaminhado à Inspeção-Geral do Ministério da Educação, para os procedimentos legais. Agora espera-se que a tutela mande apurar a veracidade dos factos que, em provando, podem levar a que o referido professor seja irradiado do sistema de ensino.

Maria Zinalda, mãe da aluna em causa, mostrou-se constrangida em falar do assunto com **A Semana**, mas acabou por dizer que, no seu entendimento, “um professor devia ser educador e formador” e não se aproveitar “da inocência e da condição das crianças para realizar os seus desejos”.

Esta mãe relata que no dia em que se deu o caso a filha chegou à casa perturbada e sem um brinco. “Ela estava estranha de mais e não se abria comigo. Tinha medo e apenas disse que não assistiu às aulas”.

Preocupada com o comportamento da filha, M.Z acrescenta que decidiu deslocar-se ao liceu na companhia do pai da filha (um emigrante que se encontra de férias em Cabo Verde e de quem hoje é divorciada), para falar com o director. Ali, uma professora da filha confirmou que a aluna não assistira às aulas e que, pressionada a explicar o que teria passado naquela manhã, ela acabou por revelar a verdade.

Segundo relatou esta mãe, a professora disse-lhe que a menor contou que o professor a tinha convidado a passear de carro, sem dizer qual seria o destino.

A própria aluna confirmou a este periódico que o professor Silvino a convidou para um passeio de carro, marcando-lhe como ponto de encontro a entrada principal do liceu. Só que depois de rodarem um pouco no carro, a menina deu-se conta que se tratava de um convite para a casa de Silvino Oliveira, e não de um mero passeio.

“Quando chegámos à casa dele, o professor Silvino convidou-me para entrar e como tive medo, disse-me que

não me queria fazer mal, só dizer-me que gostava dos meus lábios e olhos. E, de repente, agarrou-me pelo pescoço e beijou-me à força, nisso o meu brinco caiu e ficou lá, na casa dele. Mais tarde ele mandou consertar o brinco e entregou-mo na escola”, revelou.

Contactado pela nossa reportagem, o inspector-geral do Ministério da Educação, Belmiro Furtado, confirmou ter recebido uma carta do director da Escola Amílcar Cabral sobre o caso e informou-nos que já mandou instaurar um processo disciplinar ao professor por possível assédio sexual a uma aluna daquela escola.

Sem avançar mais pormenores, Furtado informa ainda que não há um tempo determinado para o desfecho do caso e que um instrutor nomeado vai, para todos os efeitos, fazer um enquadramento da situação depois de ouvir as diferentes partes, de forma a reunir todos os dados para se agir em conformidade com a lei. “Neste momento não posso avançar mais nada até fazermos o nosso trabalho que consiste em reunir todos os elementos que nos possam permitir intervir perante este caso”, conclui.

Caso não chegou à procuradoria

Instado a pronunciar-se sobre o assunto, o procurador da República de Santa Catarina, Evandro Carvalho, mostrou-se surpreendido, alegando desconhecer quer um quer outro caso de denúncia de assédio sexual por parte do professor em causa, já que nenhum deles foi denunciado quer pela direcção da escola secundária quer pelos pais das supostas vítimas.

Para aquele magistrado, tratando-se de crimes públicos (já que envolvem menores de idade) os casos, em especial o mais recente, deviam ser comunicados ao tribunal pelas duas partes, para as devidas medidas judiciais. “Das duas vezes que esse professor foi acusado, a direcção da escola ao menos podia dar continuidade aos procedimentos disciplinares ou denunciar o professor

ao tribunal, para que se tomasse as devidas medidas”, explica.

Evandro Carvalho avançou ao **A Semana** que a queixa é fundamental para que haja procedimento criminal, nomeadamente, por parte do Ministério Público, “porque deixando os casos parados cria-se um campo aberto que as pessoas aproveitam para manipular os ofendidos”. E mais: “As pessoas aproveitam-se disso para corromper a consciência dos visados, de modo a que o caso não chegue ao tribunal”.

Fontes fidedignas deste periódico referem que casos de assédio sexual e até pedofilia envolvendo professores em algumas escolas de Santa Catarina são corriqueiros, havendo, na maioria das vezes, “queima” de arquivos, para não se bulir com a imagem do estabelecimento de ensino. Fora isso, há também a inconsciência dos pais ou encarregados de educação que acabam por gerir situações do género em silêncio.

A Semana, entretanto, contactou telefonicamente Silvino Oliveira que disse não ter conhecimento da acusação que pende sobre ele e que não tem nenhuma declaração a fazer. O que se sabe é que, apesar da denúncia ter chegado ao conhecimento do Ministério da Educação, o acusado continua a leccionar no liceu de Assomada enquanto a Inspeção-Geral da Educação não tomar nenhuma medida em relação ao cabal esclarecimento das suspeitas ou denúncias que neste momento pairam sobre um professor de uma escola pública.

Questionado sobre as razões que o levaram a não apresentar queixa do professor na procuradoria, o pai da aluna, Natalino da Veiga, disse que Silvino Oliveira mostrou-se arrependido e pediu-lhe desculpas pelo sucedido, garantindo que não foi além do beijo. “Ele chegou mesmo a propor que se fizesse um exame a criança para se provar que não fez o pior. E pediu-me compaixão porque era o seu emprego que estava em causa. Infelizmente há homens assim nas sociedades”, revelou.

Edgar Jorge

Advogado detido dentro do Tribunal de São Vicente

Um incidente ocorrido no segundo Juízo Cível do Tribunal de São Vicente levou à detenção, na passada sexta-feira, do jurista António Rogério Delgado – Pepera – por alegado acto de injúria a um oficial de justiça. Além disso, Delgado incorre num eventual crime de perturbação da ordem no Tribunal de São Vicente.

O problema surgiu quando o escrivão Autelindo Ramos negou receber um documento que Delgado deveria entregar na secretaria do Tribunal Cível de São Vicente – por indicação do Supremo Tribunal de Justiça –, por o seu nome constar da lista dos advogados com quotas em atraso na Ordem dos Advogados. “O escrivão denegou a entrada da reclamação por entender que eu estava suspenso da actividade, logo negou passar uma nota de recusa, que ele tinha obrigação de fazer”, acrescenta Pepera.

Inconformado com esta atitude, o advogado continuou a exigir a emissão de um documento da Secretaria, a confirmar a recusa da entrada do seu processo na Comarca de São Vicente, tal como lhe tinha sido recomendado por nota enviada do próprio Supremo Tribunal de Justiça. Durante a troca de palavras entre Delgado e Ramos, o primeiro acabou por chamar o segundo de “burro”, ao que este retorquiu que o advogado era um “incompetente” que só sabia mandar “bocas” sobre os juízes.

“Chamei-lhe de burro porque, como um oficial de justiça, devia saber que tem a obrigação de passar a nota de recusa. Além disso, eu já entreguei ao Tribunal Constitucional um pedido de inconstitucionalidade do artigo 112/2 dos Estatutos da Ordem dos Advogados, com o fundamento de que a quota não é um meio necessário proporcional ao fim público”, sublinha Delgado, querendo com isso dizer que a suspensão da actividade dos juristas, por causa das quotas em dívida junto da Ordem, é um acto ilegal. O certo é que, por

esse motivo, enquanto em determinados Juízos têm estado a negar processos defendidos pelos juristas com quotas em atraso na OACV, outros comportam-se de maneira diferente.

A troca de ofensas entre Delgado e Ramos ganhou tamanha proporção que o escrivão acabou por dar ordem de prisão ao jurista, por suposto acto de injúria a um agente da autoridade e por desrespeito ao Tribunal, como instituição do Estado. Delgado, por sua vez, meteu um processo-crime contra Ramos, também por desrespeito a um agente da autoridade, neste caso a um advogado em exercício de função. Aliás, Delgado estendeu ainda a sua queixa ao incluir a juíza Circe Neves, por “esta ter dito que não é censurável a atitude do escrivão e que este agiu em conformidade.” Por sua vez, dois constituintes defendidos por Delgado deverão acionar também uma queixa contra a mesma magistrada pelo alegado crime de denegação da justiça. Estes consideram que a referida juíza omitiu decisões que prejudicam os seus interesses nos autos que moveram contra os réus BCA e a empresa Transcor.

“Se ele fizer isso, meto-lhe um processo por difamação”, respondeu Circe Neves, quando abordada sobre esse cenário. A magistrada não testemunhou o mencionado episódio, mas garante que não é a primeira vez que o referido jurista tem comportamentos do género dentro do tribunal.

O certo é que este caso foi imediatamente remetido para o Ministério Público, que deu encaminhamento à queixa apresentada pelo funcionário do Tribunal de São Vicente. E neste capítulo, o advogado em causa própria decidiu impugnar o despacho do juiz criminal. Na sua opinião, o caso não pode ser alvo de um julgamento sumário. Além do mais, sublinha o crime de injúria a agentes de autoridade deixou de existir no actual Código Penal.

Autelindo Ramos confirmou o episódio entre ele e o jurista mas negou entrar em



detalhes, alegando que o assunto está nas mãos da Justiça. Apenas deixou claro que esta não é a primeira vez que Delgado perturba a ordem dentro do Tribunal de São Vicente. “Já aconteceu por diversas vezes. Ele já chegou inclusivamente a chamar os juízes desta Comarca e até os do STJ de incompetentes”, conta Ramos, acrescentando ainda que a Secretaria do Segundo Juízo Cível recebeu indicações

para colaborar com a Ordem dos Advogados em relação aos associados com quotas em atraso. “Quanto à nota de recusa, chegámos a fazer isso em duas ocasiões mas não podemos ficar a fazer isso sistematicamente, quando esse jurista sabe da sua própria condição”, sublinha Autelindo Ramos. O julgamento deste caso ficou agendado para 14 de Fevereiro, dia dos namorados. KzB

Sexta-feira, 8 de Fevereiro de 2008

Asemana

Luís Boxer condenado a 16 anos de prisão



O Tribunal de São Vicente condenou o réu Luís “Boxer” a dezasseis anos e quatro meses de prisão pela morte da adolescente Filomena Monteiro, cujo cadáver foi encontrado dentro de uma cisterna, nas proximidades da ex-discoteca Je T’aime, no dia 13 de Abril de 2005. O arguido foi ainda sentenciado a indemnizar os familiares da menor em mil contos, além das custas do processo.

Esta sentença foi adiada por cinco vezes consecutivas e a sua leitura não foi nada pacífica. Assim que o juiz Manuel Andrade iniciou a narração do seu veredicto o jurista Armindo Gomes, defensor de Luís “Boxer”, abandonou a sala de audiências. Minutos depois, outros dois estagiários do referido advogado tomaram a mesma atitude. Gomes diz, foi ele quem mandou aos seus colegas abandonar a cadeia da defesa.

“Saí da sala em sinal de protesto pela forma como o juiz começou a proferir a sentença, sem respeitar a devida tramitação. O juiz, assim que iniciou a leitura, deu logo como provados todos os factos da acusação”, sublinha Gomes, adiantando que o Tribunal deveria analisar primeiro as

questões prévias, especificar os factos alegados pela acusação e pela defesa e só depois dizer da sua justiça. Na sua perspectiva, o juiz fez exactamente o contrário.

Com a saída dos estagiários – que continuaram na sala após a partida do advogado Armindo Gomes –, o Procurador da República chamou a atenção do juiz para a necessidade de suspender a leitura da sentença, devido a ausência da defesa. A sessão foi assim parada por alguns minutos, tempo usado pelo Tribunal para nomear um defensor oficioso e prosseguir com a leitura da sentença.

Só que Luís “Boxer” não aceitou ser “representado” por um defensor oficioso e ameaçou iniciar uma greve de fome na cadeia da Ribeirinha, como protesto pela forma como foi pronunciada a sentença e sobretudo por considerar que o juiz cometeu uma grande injustiça ao condená-lo por homicídio. “O verdadeiro culpado anda à solta”, advertiu “Boxer”.

Para Armindo Gomes, esta sentença está ferida de nulidade, pois, como diz, o Tribunal deveria permitir ao arguido constituir o seu advogado e não indicar um oficioso. Fora este lapso, Gomes acredita na inocência do seu constituinte

e promete reagir à sentença junto do Supremo Tribunal da Justiça. “Atenção que não estou colocando em causa a competência do juiz para determinar a sentença”, clarifica.

A morte de Filomena Monteiro, uma miúda de apenas quinze anos, foi um caso chocante para a cidade do Mindelo, pelo facto do seu corpo ter sido encontrado dentro de uma cisterna, transformada em lixeira. Inicialmente, as suspeitas começaram a recair sobre um alegado namorado da vítima, mas as autoridades viriam a indiciar Luís “Boxer” como o principal suspeito do homicídio. Sobre os seus ombros passou a pesar a acusação de homicídio qualificado e atentado à integridade de cadáver, sustentada pelo Ministério Público.

Em contrapartida, o arguido alegou inocência e sustentou a sua tese dizendo que, à hora do crime, estava em casa dos pais. Logo, não poderia aparecer em dois sítios, ao mesmo tempo. Só que, para o Tribunal este alibi apresentou falhas graves, desmontando assim os argumentos da defesa. Além disso, algumas testemunhas juraram ter visto o réu na companhia da vítima na noite em que a moça desapareceu. E elas eram, na sua maioria, pessoas que conhecem, e muito bem, o réu.

Estas pessoas, segundo o juiz, viram o suspeito em quatro alturas muito próximas da hora do homicídio, na companhia da vítima. As últimas testemunhas foram inclusivamente ter com Luís “Boxer” e viram a moça deitada no seu colo já inanimada. Para o magistrado, é bem provável que, a essa altura, a jovem já estivesse morta.

Na perspectiva do Tribunal, Luís “Boxer” asfixiou a moça com as próprias mãos e depois livrou-se da vítima, atirando o seu corpo para dentro da cisterna. O móbil do crime terá sido passional. Assim, condenou o réu a quinze anos e quatro meses de prisão pelo crime de homicídio simples, e em mais um ano e oito meses pelo delito de atentado contra cadáver. Feito o cúmulo jurídico, condenou Luís “Boxer” a passar dezasseis anos e quatro meses na cadeia. “Boxer” ficou inconformado com a sentença e ameaça entrar em greve de fome. KzB



Governo avança com “região plano” e “parlamentarização” do poder local

O governo decidiu avançar com a “parlamentarização” do poder local, passando as assembleias municipais a deter mais poderes do que actualmente. Uma outra medida, para breve, é a criação das primeiras unidades regionais de coordenação dos serviços desconcentrados do Estado. Santo Antão, Fogo e Brava serão as primeiras ilhas a ter esse tipo de estrutura do Estado, que terá à testa um “representante do governo”, enquanto a ilha de Santiago vai ser dividida em duas regiões: metropolitana e região Norte.

Santo Antão, Fogo e Brava são as ilhas escolhidas pelo Conselho de Ministros para instalar as primeiras “Unidades Regionais de Coordenação” dos serviços desconcentrados do Estado. Uma decisão definitiva será tomada ainda este mês, depois de aprovado o decreto-lei que cria essa nova forma de representação governamental, soube **A Semana** junto de uma fonte próxima da Reforma do Estado.

De acordo com o referido informante, “há sérias possibilidades de as ilhas de Santo Antão, Fogo e Brava serem as escolhidas para acolher as primeiras ‘Unidades Regionais de Coordenação’ dos serviços desconcentrados do Estado”, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Ministros para a Reforma do Estado que se realizou na passada sexta-feira.

Assim, o decreto-lei que cria as “URC” será aprovado ainda este mês e “é provável que o governo avance logo

com a designação dos representantes do Estado para cada uma dessas ilhas. Esses representantes nomeados pelo governo terão a incumbência fazer a articulação dos serviços desconcentrados do Estado”.

Este tipo de representante do governo nas ilhas que, pelo menos nessa fase experimental, ficará na dependência directa do primeiro-ministro, esteve, segundo a nossa fonte, para ser designado “secretário-executivo regional” mas o CM preferiu o termo “representante do governo” por achá-la uma designação mais digna.

A este jornal o primeiro-ministro esclareceu que o “representante do governo” nada tem a ver com o governador civil, criado na fase final do governo do MpD e extinto pelo executivo do PAICV, em 2001. “Ao contrário do governador civil, que tutelava ou supervisionava os municípios da sua área, o representante do governo apenas superintende os serviços do Estado - saúde, educação, agricultura, finanças, etc.” Portanto, para JMN, “a mudança é substancial e não deixa espaço para qualquer confusão institucional entre o governo e os municípios”.

O primeiro-ministro ressalva, também, que o representante do governo “apenas vai fazer a coordenação dos serviços do Estado nos municípios” e que isso “decorre da constatação de que há demandas que precisam ser satisfeitas

de forma mais célere” pelo governo, sobretudo fora da capital do país.

JMN recorda que este foi um dos assuntos discutidos durante o atelier sobre a regionalização promovido pelo governo e pela ANMCV, em Abril do ano passado. Na altura discutiu-se que modelo de regionalização para Cabo Verde, tendo prevalecido a “região plano” em detrimento da “região política”, esta com muito mais custos políticos e financeiros.

Enfim, decorrido quase um ano do referido atelier, o governo decidiu também avançar com a nova divisão administrativa do país. Assim, ao mesmo tempo que o executivo vai passar a ter representantes seus a nível de cada ilha ou região, o mesmo Conselho de Ministros decidiu também dividir a ilha de Santiago em duas regiões: Santiago-Norte e Região Metropolitana da Praia.

Para concretizar estas ideias, o Palácio da Várzea vai apresentar brevemente ao Parlamento a Lei de Bases do Planeamento, onde vai procurar estabelecer uma nova relação entre o governo e os municípios. Ainda a nível do poder local, pretende-se proceder à revisão do estatuto dos municípios. Uma das ideias é a “parlamentarização” dos órgãos municipais, com uma nova equação de poderes entre as câmaras e as assembleias municipais.

No caso da parlamentarização municipal, um dos objectivos em mira, sabe **A**

Semana, é fazer com que o presidente da CM passe a ser eleito de forma autónoma, podendo depois formar o seu executivo, que passará a responder directamente perante a AM, à semelhança do que acontece a nível nacional entre o governo e a Assembleia Nacional. Com isso, o edil deixará de estar “amarrado” a um executivo formado por elementos que, não raras vezes, até lhe são hostis e ganhará a estabilidade no governo municipal.

Entretanto, tendo em conta que o país se encontra a três meses das eleições, algumas dessas questões, admite José Maria Neves, só serão apresentadas ao parlamento depois de Maio. É o caso da proposta de parlamentarização do poder local, o que remete a implementação dessa ideia, caso for aprovada, apenas para depois de 2012. “Outras questões, como a revisão do Estatuto dos Municípios, poderão acontecer antes”, diz o primeiro-ministro, para quem é possível, a curto prazo, avançar para o reforço de algumas competências da AM, medidas para entrarem em vigor a partir no próximo mandato municipal.

O objectivo aqui, segundo JMN, é reforçar o estatuto da oposição a nível municipal, nomeadamente o de fiscalização dos actos da câmara e do seu presidente. Por exemplo, à semelhança do que acontece na Assembleia Nacional, sempre que a oposição solicitar um inquérito o mesmo terá de ser aprovado pela AM, cabendo a presidência da comissão ao solicitante.

Cidadãos criam Universidade de Santiago



Assomada, capital de Santa Catarina, vai albergar no próximo ano lectivo a Universidade de Santiago. A iniciativa pertence a um grupo de cidadãos que tem à testa o advogado e deputado nacional David Hopffer Almada. As instalações do velho hospital daquela cidade que já está a ser desocupado vai acolher, numa primeira fase, essa nova entidade, que marca em força um novo momento na história do ensino superior em Santiago e também em Cabo Verde.

Quarenta anos depois de promover a abertura do então chamado ciclo preparatório do ensino secundário em Santa Catarina, sendo ainda estudante em Coimbra onde haveria de se formar em Direito, David Hopffer Almada está de novo na estrada. Desta feita encabeça um grupo de conterrâneos para fazer nascer aquela que pode vir a ser a primeira grande instituição de ensino superior no interior da maior ilha de Cabo Verde, a Universidade de Santiago.

“Isso aconteceu em 1970”, recorda DHA, “e desse esforço resultou a abertura do ciclo preparatório em Santa Catarina. Entre os promotores da iniciativa estavam o actual presidente do INPS, António Neves – irmão do primeiro-ministro José Maria Neves –, e Célia Delgado”, ligada actualmente à SDTIBM, re-

corda David Hopffer Almada.

Hoje, diz DHA, a luta é outra: levar ao interior de Santiago, formado actualmente por seis concelhos, aquela que pode vir a ser a sua primeira universidade de raiz, a Universidade de Santiago. A iniciativa pertence à recém-criada Sociedade para o Ensino, Ciência e Cultura, que tem entre os seus promotores, além de DHA, o filólogo Tomé Varela da Silva, o investigador Gabriel Fernandes e o economista José Luís Mascarenhas.

Segundo a fonte deste semanário, a Universidade de Santiago é um projecto que está a mobilizar vários quadrantes políticos, sociais e culturais da ilha, a começar pelo governo, as câmaras municipais e a Associação dos Municípios de Santiago. E, graças ao entusiasmo que está a gerar, os promotores já conseguiram do executivo, a título temporário, as instalações onde vai funcionar o referido estabelecimento de ensino superior - o antigo hospital de Santa Catarina, que se encontra em fase de desocupação – até que seja encontrada uma solução definitiva.

E, tal como impõe a lei, a Universidade de Santiago vai começar com pelo menos quatro licenciaturas, estando o arranque efectivo das aulas marcado para Março do

próximo ano, durante o segundo semestre do ano lectivo. Segundo Gabriel Fernandes, a US vai começar com quatro áreas científicas, nomeadamente ciências sociais e humanas, ciências técnicas, ciências económicas e ciências médicas. Do rol de cursos constam, entre outros, História, Filosofia e Ciências Políticas, Informática, Economia, e possivelmente o curso superior de Enfermagem. “É um grande projecto”, afirma Fernandes, para quem a US visa não só servir o interior de Santiago, “mas todo o Cabo Verde”.

Assim, além do ensino propriamente dito, a US conta desenvolver a pesquisa e cursos de extensão, como forma, neste último caso, de conciliar a componente teórica e a *praxis* social. “O projecto é abrangente e já temos connosco um leque de mestres e doutores tanto nacionais como estrangeiros que abraçaram a ideia”, diz ainda Gabriel Fernandes, para quem se o homem é o principal recurso de Cabo Verde há que investir nele, sob “pena desse recurso não passar apenas de um potencial”.

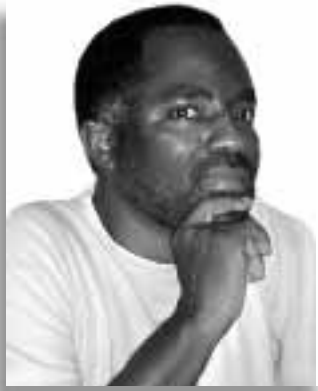
A ideia de uma universidade para o interior de Santiago, explicam os promotores através de uma explanação a que **A Semana** teve acesso,

decorre em grande parte do elevado número de alunos e cidadãos que têm de se deslocar à cidade da Praia e outros pontos do país e do estrangeiro para frequentar o ensino superior. Segundo as estatísticas, 40% das matrículas do ensino básico no país são do interior de Santiago, no secundário, essa cifra sobe para 58% (quase um terço) da população. Isso numa região (Norte de Santiago) que tem apenas um estabelecimento de ensino superior, o INIDA, quando outros centros, Praia e Mindelo, com menor número de alunos, mobilizam o grosso das estruturas de ensino superior, tanto públicas como privadas.

Além disso, dizem ainda os promotores, a US é algo que se impõe na actual fase da vida nacional, marcada pelo surgimento de várias iniciativas privadas e públicas, de ensino superior, que se concentram também na Praia e no Mindelo. A escolha de Santa Catarina, actualmente a única cidade do interior de Santiago, decorre das condições que o concelho já apresenta neste momento. Além de centro regional político e económico, a ideia agora é fazer de Santa Catarina um centro universitário por excelência, diz uma das fontes de **A Semana**.

JVL

REMÉDIO SANTO



JOSE MARIA VARELA

“
Se em Cabo Verde todos fossem ciosos da sua imagem, seria um remédio santo. Mas não é. Isto por não se sentirem cobrados de forma vigorosa, rigorosa e dolorosa, tanto pela sociedade civil, pelas associações de defesa do consumidor ou pelos organismos do Estado com mandato para fazerem a regulação.
 ”

No meu artigo anterior, fiz referência a um lamentável (e perfeitamente evitável) acidente ocorrido em Assomada, no qual uma criança falecera vítima de uma descarga eléctrica de um cabo mal protegido. Acabei por mencionar outras situações que colocam a vida das pessoas em risco, tanto nessa cidade como aqui na Praia, desde há muito tempo. Dei exemplos da minha rua, nomeadamente de um cabo eléctrico exposto no passeio e de uma vala de canalização de água por fechar. Menos grave mas que sempre acabava por perturbar, era o “*esquecimento*” da CVTelecom que, depois de substituir um cabo telefónico, deixou parte do passeio por calcetar, justamente na minha porta.

Por coincidência, e no que à CVTelecom dizia respeito, passado o fim-de-semana da “*denúncia pública*”, logo na terça-feira apareceram uns responsáveis da empresa para fazer o reconhecimento do território e, no dia seguinte, a calçada já estava reposta. Pensei, há instituições (e pessoas) que ainda primam pela preservação da sua imagem. Se em Cabo Verde todos fossem ciosos da sua imagem, seria um remédio santo. Mas não é. Isto por não se sentirem cobrados de forma vigorosa, rigorosa e dolorosa, tanto pela sociedade civil, pelas associações de defesa do consumidor ou pelos organismos do Estado com mandato para fazerem a regulação. Se assim fosse, já teriam começado a fazer bem feito, desde o início, para evitarem os prejuízos e não verem o nome (mal) falado na praça pública. Infelizmente, devido ao autismo de alguns, estes métodos de denúncia revelam-se geralmente ineficazes já que o incumpridor não se mos-

tra preocupado ou zeloso da sua imagem, como parece ser o caso da Electra.

Com a nossa TACV, para além das dificuldades objectivas, como não poder voar para determinadas ilhas por razões que lhe são alheias, há situações em que o descaso na forma como presta o serviço é evidente. É expressivo o número de passageiros com histórias (desagradáveis) para contar, muitas vezes como consequência do comportamento displicente de certos funcionários da empresa. E se nos voos domésticos a concorrência ainda é incipiente, em relação aos voos de e para Cabo Verde, ter um funcionário eficiente, atencioso e simpático, pode fazer a diferença.

Os atrasos dos voos, a informação inexistente ou contraditória e as bagagens que às vezes chegam muito tempo depois do passageiro, são as ocorrências mais frequentes. Familiares meus residentes no Brasil e que aproveitaram a última quadra festiva para passarem umas férias em Cabo Verde passaram por algumas dessas situações que, no mínimo, são caricatas e aborrecidas. O meu irmão, por exemplo, depois de ter comprado o bilhete no Rio de Janeiro, num agente da TACV, com toda a insistência junto deste, que lhe prometia entregar o bilhete (físico) “*amanhã*”, num “*amanhã*” que nunca chegou até à hora do embarque. Apesar de, no aeroporto, terem confirmado a existência de uma reserva em seu nome, teve que comprar novo bilhete para o percurso Rio-Fortaleza-Rio porque, alegadamente, a agência não tinha ainda efectuado o respectivo pagamento. Ficou de parte do agente a promessa de reembolsar a quantia relativa a esse trecho, mas passado quase

um mês, o depósito ainda não foi efectuado.

O regresso da minha cunhada aconteceu no sábado passado, com os ingredientes da praxe. Feito o *check-in*, começou a circular entre os passageiros a informação proveniente dos funcionários do aeroporto, segundo a qual o comandante estaria doente. Por volta das 13:30 h é anunciado através das instalações sonoras, que o voo (previsto para as 14:00 h) estava atrasado e que mais informações seriam disponibilizadas às 15:00 horas. Resolvemos então deixar o reboliço do aeroporto, para aproveitar mais um tempo extra para a minha cunhada e o bebé repousarem um pouco, pois já vinham escaldados com a experiência de mais de doze horas de atraso no voo Fortaleza-Praia. Por sorte, o meu irmão ficara no aeroporto para tentar resolver as questões pendentes em relação ao seu regresso que iria acontecer dias depois. E eis que escuta, surpreso, por volta das 14:30 h o aviso para os passageiros se dirigirem à sala de embarque. Telefonou e de imediato arranquei de casa ainda a tempo de a minha cunhada e sobrinha não perderem o voo. Quanto ao meu irmão, já teve o seu voo cancelado, ou melhor, antecipado em um dia, segundo informações obtidas no Brasil. Na Praia, ainda ninguém da TACV se dignou avisá-lo de qualquer alteração. Após o seu retorno, deverá haver mais episódios desta novela, pelo menos até conseguir o reembolso do bilhete. Enquanto que com as brincadeiras de Carnaval, ninguém leva a mal, por serem apenas três dias, tudo isto é muito mais sério por demorar o ano todo.

DESAFIOS

“Os dias prósperos não vêm ao acaso; são granjeados, como as searas, com muita fadiga e com muitos intervalos de desalento.”

CAMILO CASTELO BRANCO

País de rendimento médio ou não, os maiores desafios de uma economia moderna são o aumento da produção e da produtividade, a redução dos desperdícios e a conquista de mercados. E, claro, um Governo que governe e pugne pela ética na gestão da coisa pública.

Produzir mais por cada unidade de tempo, produzir mais com menos, produzir soluções e não meros produtos. E cultivar a qualidade total, claro.

Produtos, qualquer um pode disponibilizar para os mercados. O problema é que hoje o cliente não se contenta com um mero produto. Quer é soluções para o problema que o apoquent. E se se quer manter o cliente satisfeito, a saída é manter-se atento e facultar-lhe a solução do seu «problema», com qualidade e em tempo oportuno. E atenção: a qualidade não se injecta ao produto acabado que se vai disponibilizar. Ela tem que nortear o pensamento do produtor, desde a concepção até à embalagem. «**Satisfação garantida ou o seu dinheiro de volta**» vai ter de deixar de ser mero *slogan* para passar a ser o princípio norteador dos mercadores de soluções.

Produzir com qualidade e disponibilizar a solução no prazo negociado e a preço competitivo é um desafio e peras. Implica tolerância ZERO em relação aos desperdícios. De tempo, de material, de dinheiro, de credibilidade. E aqui desperdício é toda a actividade que consome recursos e não gera valor. O retrabalho e a iteração, a deficiente utilização dos materiais, as aquisições fora de portas de materiais e equipamentos que existem localmente, são ineficiências que redundam em desperdícios de tempo, material, dinheiro. E que dizer das encomendas atendidas e que depois nos batem à porta como devoluções, por não terem satisfeito as especificações do cliente? Desperdícios. Desbaratou-se, para além de outras coisas, sobretudo credibilidade.

Produzir com qualidade implica ter administradores e gerentes de primeiro nível; mão-de-obra qualificada; tecnologias de ponta; relações laborais saudáveis; materiais e instruções disponibilizados em tempo oportuno; correcta administração de tempos e ritmos.

Administradores que sabem o que querem e para onde vão e que sejam capazes de administrar os estímulos certos, em cada momento, para a motivação dos seus operários.

Mão-de-obra qualificada, comunicando da linguagem dos encarregados, supervisores e gerentes e, sobretudo, com completa noção do que seja desperdício e do como evitá-lo. O engajamento com os objectivos e com os compromissos

da organização é condição essencial ao sucesso. O administrador, gerente ou encarregado que perder isso de vista está cometendo um pecado capital em matéria de cumprimento de prazos e da qualidade total.

A existência de organizações sindicais que representem condignamente os trabalhadores, mas que não percam de vista que não podem sufocar o empregador, sob pena de este (mais os empregos) desaparecer. Ao cabo e ao resto, neste mundo competitivo, patrões e empregados devem assumir-se como parceiros na luta por um lugar ao sol para o produto que garante a subsistência do trabalhador e paga os luxos do patrão.

Entre nós, o Conselho de Concertação Social tem de deixar de ser um mero espaço para discussão de salários para passar a ser um verdadeiro espaço de concertação, onde podem ser gerados pactos fundamentais para a motivação dos trabalhadores e para a sobrevivência dos empregadores. Durante muito tempo (demasiado tempo) o empenho do trabalhador foi estimulado pelo chicote. Passado esse tempo de má memória, os patrões recorreram a esquemas científicos para cálculo de salários «justos» e puseram de pé interessantes sistemas de benefícios e incentivos. Nos dias que correm, diante do excesso da procura de emprego em relação à oferta de postos de trabalho, na vigência de legislação que flexibiliza as relações de trabalho e perante a má influência que foi a deserção do Estado de Bem-estar Social, a tendência é o estabelecimento de, no mínimo, iníquas relações laborais. Em tal cenário, a recuperação do Conselho de Concertação Social como espaço para negociação de pactos para a melhoria da produção, da produtividade e da qualidade, com ganhos reais para ambas as partes, seria uma atitude inteligente.

A conquista de mercados é uma exigência incontornável. O mercado interno é diminuto, os investimentos, seja para a indústria, seja para a prestação de serviços com qualidade, são avultados. A saída para a rentabilização dos investimentos e para a sobrevivência da empresa passa, necessariamente, pela conquista de outros mercados. Mercados onde outros fornecedores já estão instalados, os quais, por isso, têm melhor conhecimento dos desejos e das exigências dos consumidores. Como ganhar espaço nesses mercados? Como competir, por vezes, com produtores locais?

Salta à vista que a nossa opção terá de ser por conquistar mercados onde poderemos contar com vantagens à partida. E nesse lote podem ser incluídos

os países que nos dão facilidades no quadro do SGP (Sistema Generalizado de Preferências), a União Europeia (no quadro do Acordo de Cotonou), os Estados Unidos da América no quadro da AGOA (African Growth and Opportunity Act), os países da CEDEAO/ECOWAS (Comunidade dos Estados da África do Oeste) e o que se puder conseguir no seio da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que neste particular, não chove nem molha.

Temos explorado as vantagens comerciais desses espaços «abertos»? Não tenho dados que permitam tecer comentários. Mas, assim, de forma empírica, parece-me que esses nichos ainda estão por explorar. Um pouco a contracorrente do pensamento nacional, boto muita fé na CEDEAO. Com uma liderança efectiva e estruturada a preceito, é um vasto mercado a considerar. Um mercado onde os recursos financeiros, que não abundam, podem ser, de certa forma, contrabalançados por um grau menor de exigências.

Aumento da produção e da produtividade, redução dos desperdícios e maior efectividade (que a Administração não pode segmentar o mercado) são desafios que também se põem à nossa AP, mormente agora que há o compromisso de convergência em normas, práticas e políticas com o primeiro Mundo, representado pela União Europeia.

Em matéria de governar estamos conversados. Como dizem as velhas raposas da política mineira, governar se resume a quatro coisas: nomear, demitir, prender e soltar. Só com isso – feito em tempo oportuno – o governante vai longe.

No que à ética diz respeito, e para fechar, cito Lúcia Hipólito, cientista política brasileira, autora de «**POR DENTRO DO GOVERNO LULA**»: **ACREDITAR QUE SÓ UM POUQUINHO DE CORRUPÇÃO NÃO TEM IMPORTÂNCIA É ACREDITAR NA EXISTÊNCIA DE SÓ UM POUQUINHO DE GRAVIDEZ.**



ANTÓNIO LUDJERO CORREIA

“
Entre nós, o Conselho de Concertação Social tem de deixar de ser um mero espaço para discussão de salários para passar a ser um verdadeiro espaço de concertação, onde podem ser gerados pactos fundamentais para a motivação dos trabalhadores e para a sobrevivência dos empregadores.
”

Sexta-feira, 8 de Fevereiro de 2008

Asemana

Opinião

SECTOR DO LOTO	
Concurso N°2008/05 de 03 de Fevereiro de 2008	
TOTOLOTO	JOKER
Números Extraídos: 21 - 31 - 32 - 34 - 37 - 47	Número Premiado: 796996
1.º Prémio.....3.723.169,50.....0.....(JACKPOT)	1.º Prémio.....776.219,50.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....353.081,40.....7.....50.440	2.º Prémio.....155.243,90.....0.....(JACKPOT)
3.º Prémio.....529.622,10.....169.....3.133	3.º Prémio.....119.524,80.....5.....23.904
	4.º Prémio.....199.208,00.....39.....5.107
Previsão para esta semana (Concurso n° 06 de 10-02-08)	
TOTOLOTO	JOKER
4 700 000\$00	1 200 000\$00
Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!	

Luís Pires desvincula-se do PAICV



Luís Pires, membro do CN do PAICV, devolve esta sexta-feira, 8, o seu cartão de militante ao partido de que até agora fez parte. Pires, que diz ser acompanhado nesse seu gesto de desvinculação do partido tambarina por mais de 200 militantes do PAICV cumpre assim uma das derradeiras formalidades exigidos por lei para poder concorrer, através do Grupo Independente para Ganhar e Avançar (GIGA), à Câmara de São Filipe nas municipais de Maio deste ano.

O acto previsto para esta tarde, resulta de uma imposição da lei eleitoral, segundo a qual para o militante de um partido concorrer como independente deve primeiro desvincular-se da organização política a que pertence. Luís Pires e seus companheiros vão entregar os seus cartões ao responsável de sector do PAICV em São Filipe, Manuel da Luz, com cópia à juíza da

Comarca de São Filipe.

Envolvidos no processo asseguram que os cerca de 200 membros, que vão desvincular-se do PAICV, são elementos com os quais o Grupo Independente para Ganhar e Avançar pretende constituir a lista para os órgãos autárquicos, as representações para as Mesas das assembleias de voto e as demais estruturas de apoio e acompanhamento do processo eleitoral. Esses membros serão representado por uma comissão criada para o efeito.

Entretanto, o GIGA começou ontem, 7, a recolher as 500 assinaturas exigidas juridicamente para legalizar a sua candidatura. O grupo, liderado por Luís Pires, tem como divisa Cidadania, Unidade e Amor. **“A GIGA não é contra qualquer partido nem ninguém. É, acima de tudo, a favor de São Filipe, do seu povo e da sua juventude, em particular”**, conclui a fonte deste jornal. ADP

PORTO NOVO

Grupo sugere perda de mandato do vereador Emitério Ramos

Um grupo de pessoas com aproximações políticas ao MpD, no Porto Novo, movimenta-se nos bastidores para sugerir a perda de mandato do vereador Emitério Ramos. Deste modo tentam “corroer” a candidatura do actual director-geral da Agricultura às próximas eleições municipais pelo PAICV. A justificativa é de que o vereador tambarina terá extrapolado os 365 dias de suspensão que o artigo 58º do Estatuto dos Municípios estipula como limite máximo para os titulares dos órgãos municipais se afastarem do cargo. Essa discussão anima os debates naquela cidade e não se afasta a hipótese de pedir um esclarecimento a entidades competentes.

O vereador Aníbal Fonseca (MpD) foi quem chamou o assunto à pauta na última reunião da Câmara do Porto Novo de modo a “discutir a possibilidade da perda de mandato dos vereadores em consequência das faltas ou da suspensão dos respectivos mandatos”. Antes desse encontro, Fonseca solicitou ao secretário municipal uma certidão para comprovar que até Agosto de 2007 Emitério Ramos havia acumulado mais de 450 dias de suspensão em três períodos diferentes.

E é a esses mais de 450 dias de afastamento temporário que os “oponentes” de Emitério Ramos se apegam para sugerirem a hipótese de perda de mandato. “Se se conjugar o nº 4 do artigo 58º do Estatuto dos Municípios e a alínea g do nº 1 do artigo seguinte, há razão para se solicitar algum esclarecimento a entidades competentes”, expressamos propulsores da ideia. Na verdade, a lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho não só reitera que “a suspensão não poderá ultrapassar 365 dias no decurso do mandato, sob pena de se considerar como perda do mandato”, como explicita que “perdem o mandato os titulares de órgãos municipais que suspenderem o mandato por mais de 365 dias”.

O curioso é que, mesmo informado desta situação, o presidente da CMPN não pediu sequer um esclarecimento a um órgão competente na matéria. Amadeu Cruz entende que “esta é uma questão política” e dado, que Emitério Ramos é um seu possível adversário no próximo embate eleitoral, prefere não se “debruçar sobre a legitimidade deste assunto”.

Questionado se com esta postura não estaria a compactuar com uma alegada “irregularidade”, o edil preferiu citar o artigo 4º do Estatuto dos Municípios: têm “legitimidade para promover a perda de mandato o Ministério Público; o

membro do governo que exerça tutela sobre as autarquias locais; em coligação, pelo menos um terço dos membros do órgão a que pertence o eleito contra quem o pedido é formulado” ou um munícipe que seja “vítima de lesão reiterada” pelo eleito em causa.

Face a este dispositivo legal, seria de esperar que o próprio vereador que solicitou a certidão das faltas avançasse com a proposta de perda de mandato. Mas em conversa com o **A Semana**, Aníbal Fonseca disse que “por ora” prefere “deixar as coisas como estão pois esperava que o Emitério Ramos, tão zeloso em matéria da ética, pudesse tirar as próprias conclusões”.

A Semana tentou então abordar Emitério Ramos sobre este assunto, mas o repórter foi informado que ele se encontrava em Cuba a trabalho. No entanto, foi-nos avançado que o vereador “se mostra tranquilo e já na reunião da Câmara deixou claro que tem como provar o motivo das ausências”, afirmou uma fonte do PAICV.

O certo é que esta discussão saltou para as ruas da cidade do Porto Novo e os oponentes à candidatura do actual director-geral da Agricultura à Câmara local tentam passar a ideia de que ele “estaria impossibilitado de concorrer nas próximas eleições municipais, no caso de se avançar com um processo de perda de mandato”. Uma fonte deste jornal esclarece, no entanto, que “uma possível perda de mandato nos termos citados não implica necessariamente a impossibilidade da pessoa concorrer nas eleições seguintes”.

Este interlocutor explica que Emitério Ramos nunca renunciou ao mandato, logo “o seu caso não se inscreve no artigo 57º do Estatuto, de acordo com o qual não poderia concorrer às eleições subsequentes”. Mais: a nossa fonte entende que o vereador do PAICV nem sequer

“correria o risco de ficar impedido de exercer cargos políticos por um período de cinco anos porque não cometeu nenhum crime punível com pena de prisão superior a dois anos, conforme específica o artigo 61º da supracitada lei”.

Há quem pense que esta é só uma tentativa de desgastar a imagem de Emitério Ramos a nível político junto do eleitorado portonovense. E observa-se que a mensagem que os seus detractores procuram cimentar é de que “por uma questão de ética e tendo em conta as suas pretensões políticas, o vereador deveria assumir na plenitude o cargo para o qual foi eleito”.

A Semana apurou, aliás, que pessoas com aproximações políticas ao MpD procuraram espicaçar os dirigentes locais da UCID para essa campanha contra o candidato do PAICV. Quem nos confirmou essa informação foi António Fernandes, coordenador regional do partido democrata-cristão, que diz “não compactuar com esse tipo de jogada que visa derrubar adversários políticos através de atitudes não democráticas”.

Qualquer que seja o rumo que essa discussão tome, uma coisa parece certa: mais tarde ou mais cedo, pessoas ligadas ao MpD poderão intentar acções no sentido de promover a perda de mandato de dois dos três vereadores eleitos nas listas do PAICV. Há quem diga mesmo que pretendem fazer uso do “comprovante” de que não só Emitério Ramos tem mais 450 dias de suspensão acumulada: também, alegam, a ex-secretária de Estado de Agricultura, Rosa Rocha, pediu o seu afastamento temporário há mais de 500 dias.

Esta seria sobretudo uma forma de tentar desmoralizar Emitério Ramos politicamente no concelho e, deste modo, facilitar a candidatura ventoinha encabeçada por Amadeu Cruz.

Autárquicas nos Mosteiros

Júlio Correia, primeiro vice-presidente da AN e antigo ministro da Administração Interna, é o cabeça-de-lista do PAICV à Assembleia Municipal dos Mosteiros nas eleições autárquicas de Maio deste ano. A sua escolha aconteceu na última reunião do conselho de sector do partido, devendo a decisão ser homologada pela Comissão Política Nacional.



Júlio Correia encabeça a lista do PAICV à AM

Os tambarinas já têm os seus cabeças-de-lista às próximas eleições municipais nos Mosteiros. É que enquanto o edil Carlos Fernandinho Teixeira é candidato à sua própria sucessão, Júlio Correia, actual 1º vice-presidente da AN, vai liderar a equipa na corrida à Assembleia Municipal.

Estes dois concorrentes do partido no governo vão ter como principal adversário Nilton Rodrigues, que é o candidato do MpD à Câmara local. No entanto, este ventoinha ainda reside, com a família, nos Estados Unidos da América, o que, segundo observadores atentos, pode, à

semelhança do que aconteceu com João Domingos de 'Djabraba Pa Frente', vir a impedi-lo de participar no pleito eleitoral de Maio próximo.

A escolha de Júlio Correia para encabeçar a lista à AM dos Mosteiros aconteceu, segundo o líder local do PAICV, na última reunião do conselho do sector, que contou com a presença de 22 dos seus 27 membros efectivos "De entre outros quadros e dirigentes disponíveis, o Conselho do Sector, reunido em sessão ordinária no dia 30 de Janeiro, escolheu, por unanimidade, Júlio Correia como o candidato do PAICV à Assembleia

Municipal dos Mosteiros. A decisão deve ser, no entanto, homologada pela Comissão Política Nacional", avança Jaime Monteiro.

Sociólogo de profissão, Júlio Correia foi presidente da Câmara dos Mosteiros entre 2002 e 2006. A partir daí e até 2007 integrou o governo de José Maria Neves, exercendo os cargos de Ministro primeiro do Trabalho e Solidariedade, donde transitou para o da Administração Interna. Correia viria entretanto a pedir a sua demissão do governo na sequência de desentendimentos com o chefe do governo, sobre o processo de

Recenseamento Eleitoral Geral. Mas regressado ao Parlamento, para exercer o seu cargo de deputado, acabou de ser eleito 1º vice-presidente da Mesa da AN, em substituição de Mário Matos, que se encontra em Portugal.

Jaime Monteiro garante que a lista para os órgãos autárquicos está praticamente pronta e admite que a apresentação pública das candidaturas possa ocorrer durante o mês de Março. "O nosso objectivo é ganhar a Câmara dos Mosteiros e continuar com o processo de desenvolvimento neste concelho", perspectiva o responsável local do PAICV. ADP

AM Santa Catarina Fogo

Alexandre Fontes volta à terra



Alexandre Fontes, actual presidente da Cabo Verde Investimentos (CI), encabeça a lista do PAICV para a Assembleia Municipal de Santa Catarina do Fogo nas próximas eleições autárquicas. Durante o discurso que fez perante os militantes do PAICV de Santa Catarina, Fontes disse que com essa indigitação o seu partido lhe deu a oportunidade de "voltar à terra".

Os cabeças-de-lista do PAICV à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Catarina do Fogo, bem como os outros integrantes da equipa tambarina que vai disputar as autárquicas no mais novo município do Fogo, foram apresentados durante a reunião do sector alargado do partido que aconteceu no último sábado, 2, na Vila de Cova Figueira.

Alexandre Fontes ou "Alex", filho de Cova Figueira, vai fazer dupla com João Aqueleu Amado nas próximas eleições autárquicas. Na apresentação da sua candidatura, na reunião alargada do sector do PAICV em Santa Catarina, Alex disse aceitar este desafio porque acredita que Santa Catarina terá um desenvolvimento económico harmonioso e sustentável se tiver as pessoas certas ao leme. E avançou que o seu programa pretende ajudar a criar "projectos abrangentes e de mudança em Santa Catarina": "Este é um desafio que aceitei de braços abertos, e porque acredito numa Santa Catarina melhor. Se não fosse assim não estaria cá", concluiu.

Economista de profissão, Fontes vê nessa sua candidatura à AM de Santa Catarina uma oportunidade de voltar à sua terra, onde estão as suas raízes e contribuir para um futuro melhor dos santacatarinenses.

Alexandre Fontes, hoje preside a Cabo Verde

Investimentos e até há bem pouco tempo foi o administrador do Banco Africano de Desenvolvimento em representação de Cabo Verde. Alex também trabalhou com José Brito no tempo da Direcção-Geral do Plano, nos anos 80.

Aqueleu Amado Barbosa, actual presidente da Comissão Instaladora, durante o encontro tanto pôs a tónica nos ganhos e realizações conseguidos durante o mandato para a instalação do município quanto se empenhou em mostrar a sua perspectiva de desenvolvimento para o Concelho. Apontou também as relações que o novo município já estabeleceu, em bases sólidas, com outros municípios a nível nacional e internacional.

Amado também apresentou alguns projectos abrangentes e de mudança para Santa Catarina. O candidato diz que todos os santa-catarinenses devem escolher caminhos ou opções para o seu desenvolvimento, daí o incentivo a todos os seus conceterrâneos apostarem em mais projectos, realizações e investimentos.

Durante a reunião do Sector alargado do PAICV de Santa Catarina (Fogo), além da apresentação dos cabeças-de-lista do PAICV para a Câmara e a Assembleia Municipais nas próximas eleições autárquicas, os militantes tambarinas também tiveram voz, apresentando subsídios para a plataforma eleitoral que o PAICV vai apresentar aos homens, mulheres e jovens de Santa Catarina. O encontro reuniu seis dezenas de pessoas vindas de todas as localidades do mais novo município do Fogo.

Nicolau Centeio

Estradas de Cabo Verde

Depois da asfaltagem, portos e aeroportos, o Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar voltou definitivamente a atenção para as estradas de Cabo Verde. A visita técnica obrigatória que o Director-Geral das Infra-estruturas, Carlos Dias, efectuou à ilha de Santo Antão acompanhado de seis empreiteiros, a consignação da segunda fase da estrada Baía das Gatas/Calhau, em São Vicente, e a entrada na recta final dos trabalhos de construção da estrada Figueira/Alcatraz, no Maio, espelham a dinâmica deste sector.

Por: CONSTÂÇA DE PINA



MIT investe milhões na construção

A visita técnica que Carlos Dias, DG das Infra-estruturas, efectuou a Santo Antão, acompanhado de seis empreiteiros portugueses e cabo-verdianos, vai permitir que no próximo dia 22 de Fevereiro sejam apresentadas as propostas, que definirão o arranque dos trabalhos da estrada Manta Velha/Cruzinha. Ainda não há uma data precisa, mas este responsável acredita que o início dos trabalhos poderá acontecer entre os meses de Junho e Julho. “Esse é o tempo que a empresa adjudicatária precisa para mobilizar o estaleiro (transporte de equipamentos e recrutamento dos técnicos). As seis empresas que nos acompanharam vão apresentar as suas propostas e uma delas será a executora desta estrada de penetração, que desencravará Chã de Igreja, Cruzinha e outros povoados limítrofes, cuja população não tem acesso directo à estrada da Garça”.

Trata-se, segundo Dias, de uma estrada de montanha com nove quilómetros de extensão, cujos custos de construção ainda não foram quantificados. Aliás, afirma o DGI, os custos desta obra ficam ao critério dos empreiteiros. “Vamos analisar as propostas, que nos serão entregues no dia 22, e escolher a melhor. E a melhor não será necessariamente aquela que apresentar a proposta financeira mais baixa. Vamos analisar a parte técnica e o valor que mais convém ao MIT que terá em conta as dificuldades, imensas, que a empresa vai ter que aguentar para erguer uma estrada naquela região. Mas todas as propostas serão avaliadas ao pormenor”.

VILA - CIDADE

Chã de Igreja é, no entender do nosso entrevistado, uma vila com pretensões legítimas de cidade. E a estrada Manta Velha/Cruzinha pode dar o empurrão necessário quanto mais não seja porque vai fazer com que mais gente permaneça na Região. “Neste momento as regiões, zonas e localidades que não têm acesso directo às estradas, para o transporte de bens e pessoas, ficam despovoadas, ou melhor, vão-se despovoando conti-

nuamente. Com esta estrada penso que vai acontecer o inverso, sobretudo nas localidades de Chã de Igreja e Cruzinha. Esta última é um pequeno porto de pesca, que também tem espaço para crescer e poderá conhecer um desenvolvimento nos próximos tempos com a construção dessa estrada”, prognostica.

Ainda em Santo Antão, e para este ano, o MIT tem previsto o início dos trabalhos da estrada de penetração da Ribeira da Torre. Esta é uma promessa do primeiro-ministro José Maria Neves. O respectivo anteprojecto, elaborado pela Câmara da Ribeira Grande, já está nas mãos da DGI. O lançamento do concurso para a execução desta obra, considerada estruturante para o desenvolvimento da Ribeira da Torre, acontecerá no primeiro quadrimestre deste ano, ainda este mês, ou em Março.

A par destas obras, o MIT destaca a reabilitação da estrada Porto Novo/Campo Redondo, que será desenvolvida por fases, sendo a primeira Porto Novo/Ponto Sul e a segunda Ponto Sul/Campo Redondo. “Todos esses projectos integram um pacote de 40 milhões de euros, que é um empréstimo que Cabo Verde conseguiu junto do governo português. Dentro deste pacote temos ainda mais duas estradas para a ilha de Santiago, uma para o Fogo e outra no Maio. São projectos que serão lançados no decurso de 2008. Neste momento, estamos a tratar a parte técnica”.

Mais atrasado encontra-se o Plano Sanitário da cidade do Porto Novo. Carlos Dias admite que este é um projecto antigo, que embora conste do programa do governo ainda espera financiamento. Por causa disso, o DGI não arrisca uma data para o início dos trabalhos. “A ministra das Finanças levou um pacote de projectos para apresentar ao BADEA e ao Fundo Koweit. No pacote está incluído o Plano Sanitário do Porto Novo. Estamos confiantes porque temos tido uma grande abertura por parte dos parceiros”, afirma. Dias acrescenta que essa abertura se deve, entre outros, à boa execução dos projectos, boa governação, responsabilidade dos governantes e alguma capacidade de resposta do país.

BAÍA DAS GATAS – CALHAU

Em São Vicente, foi consignada no passado dia, 30 a segunda fase da estrada Baía das Gatas/Calhau – depois da 1ª fase que contemplou a ligação Baía/Norte de Baía. A obra, que deve custar seis milhões de euros, é executada pela empresa Armando da Cunha. Segundo Carlos Dias, os trabalhos avançam nos dois sentidos Baía/Calhau/Baía e devem estar concluídos dentro de 19 meses. O estaleiro principal da obra está localizado no Calhau.

Pavimentação do

A cidade da Praia foi tomada por um frenesim resultante do início da asfaltagem do Plateau e de algumas áreas anexas, como é o caso da Fazenda. Também na região Sul da capital iniciaram-se os trabalhos que vão dotar a zona de Bela Vista, em direcção a Fonton, de uma rede de esgotos.

A asfaltagem do Plateau e vias adjacentes é uma obra do governo e orça em um milhão de contos. Os trabalhos iniciaram-se no Plateau na segunda-feira da semana passada e, ao que conseguimos apurar, visam preparar a capital do país para a celebração condigna do seu jubileu, 150 anos de vida.



ção e remodelação das estradas

Instado a precisar se não houve alguma demora no arranque desta segunda fase, Dias esclarece que só agora o MIT encontrou o financiamento desta infra-estrutura, dentro do pacote financiado por Portugal. *“Felizmente, o projecto estava pronto e detalhado. Não falta nenhuma peça. Por causa disso, esta obra arranca primeiro. Mas não houve atraso, pelo contrato. O projecto era Baía/Norte de Baía, sobretudo para satisfazer o povoado de Norte da Baía, que até agora é o único encravado da ilha, onde a população nem sequer tem acesso a água. Os camiões de água não iam ao Norte”.*

Agora com o início das obras, uma pergunta desponta – aliás os investidores turísticos têm levantado esta questão sistematicamente – a construção desta estrada não vai implicar a destruição das dunas do Norte da Baía? Quanto a isso, Dias tranquiliza a todos: afirma que apenas uma das dunas será afectada. Mas, ressalva, é preciso impedir a apanha de areia nesta localidade. *“Infelizmente, as pessoas têm estado a apanhar aqui areia. Mas isso é algo que foge ao nosso controlo. É preciso sensibilizar, preparar e mentalizar as pessoas, mas também é preciso uma atitude repressiva se as pessoas não entenderem e persistirem nessa devastação ambiental. A PN e a Capitania terão de agir. No nosso caso, para não tocar as dunas, vamos subir a montanha. São nove quilómetros de estrada”.*

A obra custará seis milhões de euros, exactamente porque vai proceder ao desmonte e aterro de muitas rochas, ao fazer a estrada passar por uma zona semi-montanhosa e o MIT quer que as inclinações sejam mínimas. A par desta estrada, o ministério pretende iniciar ainda este ano os trabalhos de extensão do Plano Sanitário de São Vicente. Trata-se de uma obra que irá cobrir toda a cidade do Mindelo, com enfoque nas zonas onde ainda não existem eixo primário e secundário de água e esgoto.

“Este é um projecto financiado pela União Europeia, que nos vai permitir renovar algumas redes antigas de água e esgoto e estabelecer mais ligações domiciliárias. Esta obra não integra o pacote de estradas financiadas por Portugal, mas é suportada financeiramente pela UE. Neste momento, já estamos em fase de avaliação do empreiteiro, mas o projecto já está concluído e, dentro de poucos dias, teremos o adjudicatário”, garante Carlos Dias.

ESTRADA FIGUEIRA/ALCATRAZ

Em estado mais avançado encontram-se as obras da estrada Figueira/Alcatraz na ilha do Maio. Neste momento, segundo o DG de Infra-estruturas, falta apenas

a pavimentação e um ou outro pequeno detalhe para se concluir esta obra, que é executada pela Empreitel Figueiredo. Ao todo, são sete quilómetros de estrada, financiados pelo Banco Mundial, informa Dias, para quem esta é uma obra estruturante para o Maio, apesar de ainda não fechar o anel da ilha. *“Para fechar o anel, vamos ainda, dentro do pacote de estradas, fazer o lançamento do projecto Cascabulho/Pêro Vaz. Esta é uma obra que já está financiada e que vai a concurso ainda este ano. Com isso, Maio ficará totalmente satisfeita em termos de estradas”.*

Instado a comentar se este é o “Ano das Estradas” para o MIT, Carlos Dias lembra que o seu ministério nunca parou. Ao contrário, nos últimos anos entrou num ritmo acelerado de infra-estruturação, primeiro com a execução de alguns acessos – mas ainda estão por construir muitos, sobretudo em Santo Antão, Fogo e Santiago –, depois portos e aeroportos e muita asfaltagem. Todas as obras, diz, integram o programa do governo para o salto qualitativo que o país pretende dar nos próximos anos. *“Cabo Verde conta com importantes parceiros, como o Banco Árabe de Desenvolvimento Africano (BADEA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Fundo Koweit, Fundo Saudita, União Europeia, Fundo de Desenvolvimento Francês (AFD), Cooperação Luxemburguesa e Austríaca, esta virada para os municípios de Santiago, e Banco Mundial, que é o chefe de fila em vários projectos. Temos ainda o governo português, banca portuguesa, MCA e OPEP”*, enumera.

De referir que, em Novembro último, foi inaugurada a Via Circular da cidade da Praia, uma obra financiada pelo governo português, num pacote de 35 milhões de euros. A circular da Praia, que inclui a asfaltagem da estrada Praia/São Domingos/Assomada, contornando a capital, cobre, através dos seus 20 km, quatro faixas de rodagem, o percurso entre o Aeroporto da Praia e a estrada para a Cidade Velha, o que veio facilitar o transporte de turistas e criou novas zonas de expansão na capital.

Plateau em curso

A rampa de São Januário, a Avenida Che Guevara, Fazenda, o Plateau e a rampa da Terra Branca que começa no Homem da Pedra e liga-se ao Palmarejo e à circular da Praia, vão recebendo o asfalto sobre a calçada, o que faz os trabalhos avançarem rapidamente. Quanto à Câmara da Praia, à semelhança do que aconteceu em

São Vicente, deve assumir os trabalhos dos passeios. Mas estes ainda não têm previsão para arrancar.

Importantes são também as obras de construção dos esgotos de Bela Vista, em direcção à zona de Fonton, ambas na periferia e que estão em curso, em paralelo com a asfaltagem do Plateau. CP

Salenses manifestam-se contra bloqueio da Baía da Murdeira

Um grupo de salenses deslocou-se, na última sexta-feira à Murdeira, para protestar contra aquilo que dizem ser “*uma falta de respeito e um acto de discriminação em relação ao cidadão comum deste país*”. Por isso os manifestantes quebraram a cerca que, construída pelos residentes na zona da Murdeira, bloqueia a estrada e acesso às praias daquela baía. Os moradores reclamam do “*barulho*” que os banhistas fazem ali.

A Baía da Murdeira é, há largos anos, um dos locais mais procurados pelos salenses desde jovens a famílias inteiras, ali passam os fins-de-semana. Nos últimos meses, os moradores da Vila Turística começaram a reclamar da música tocada em alta potência, a altas horas e de algum vandalismo que acontece por aquelas bandas, perturbando-lhes o sossego. E não poucas vezes chamaram a polícia para controlar os banhistas.

E para acabar com as festas das famílias salenses, dizem os manifestantes desta sexta-feira, os moradores destruíram uma barraca que ali havia, cavaram valas e vandalizaram o local preparado para as festas. E não contentes com essa “*medida*”, agora partiram para uma mais radical ainda: levantaram (não se sabe quem) uma cerca para impedir o acesso de viaturas às praias, e para afugentar, de vez, qualquer “*intruso*” no que consideram o seu domínio privado.

Segundo os manifestantes, os moradores da Murdeira alegam que ao bloquearem a praia estão a agir com toda a legalidade. Procurada pela nossa reportagem, a Câmara afirma que “*nenhuma praia é propriedade privada de qualquer empresa, hotel ou pessoa individual*”. Aliás, a Constituição da República é clara nesse aspecto.

Baseados na Lei Maior do Estado de Cabo Verde, o grupo foi à Murdeira, para deitar abaixo a cerca construída pelos moradores e dizer não à “*privatização*” das praias da ilha. Os manifestantes afirmam que os moradores, por considerarem a Vila turística da Murdeira uma “*zona habitacional para os VIP’s, acham-se com todos os direitos, inclusive o de impedir o acesso da população da ilha a uma praia de Cabo Verde. Querem ter uma praia só para eles. Era só o que faltava*”, diziam.

O bloqueio de praias, segundo o grupo, tem sido uma prática comum na ilha do Sal, sobretudo nas zonas hoteleiras de Santa Maria. “*Agora querem fazer o mesmo na Murdeira. Com todos os empreendimentos desse tipo previstos para esta zona, não vai sobrar nenhuma praia para nós*”, afirma um dos manifestantes.

CENTRAL ELÉCTRICA DO PORTO NOVO



Moradores exigem indemnização à Electra

Os vizinhos da central eléctrica do Porto Novo dizem-se fartos de falsas promessas e da poluição a que estão sujeitos há quase trinta anos. Por isso exigem agora uma indemnização à empresa de electricidade e água, Electra, pelos danos físicos e psicológicos sofridos.

A localização da central eléctrica, no Porto Novo, tem causado grandes dissabores aos que moram nas proximidades. Que o digam Antónia Brito e Joana dos Santos, que há quase trinta anos convivem com o barulho e o fumo da central. “*A central foi construída em 1979 e nós já cá estávamos. Na altura, disseram-nos que só ia cá ficar 5-10 anos. Mas a verdade é que já se passaram 28 anos e ainda cá está*”, explica D. Joana, de 71 anos.

Dor em todo o corpo, surdez, problemas de visão e uma constante dor de cabeça são algumas das queixas dessa septuagenária. E culpa a central por todos os seus problemas de saúde. “*Não é difícil de imaginar o que é uma pessoa ter de suportar o barulho e o fumo 24 horas por dia. Quando a central foi instalada só trabalhava algumas horas por dia. À noite, conseguíamos dormir em paz. Mas, de há uns anos para cá,*

não temos tido sossego” afirma Joana dos Santos para quem as dores no corpo são uma consequência das noites mal dormidas. “*Quando me deito, não consigo descansar porque a cama parece que vibra*”, acrescenta.

Já reclamaram nos serviços camarários mas, segundo os moradores, a única resposta que lhes dão é que a central vai ser transferida. “*Há uns anos, os responsáveis reconheceram que a central se encontrava mal localizada, constituindo um perigo à saúde dos moradores da zona e à saúde pública. Foi então que se falou na necessidade de mudar as instalações para um outro local. No final de 2006 enviamos uma carta ao Presidente do Conselho de Administração da Electra, que nos garantiu que o problema seria resolvido em seis meses. Mais de um ano depois, ainda nada foi feito. Enquanto isso a situação só piora, de dia para dia*” afirma D. Antónia, de 76 anos.

Segundo aquela moradora, é impossível permanecer 24 horas em casa. “*Sou obrigada a ausentar-me da minha própria casa, fruto do meu trabalho, por causa dos outros. O que mais me entristece é a falta de respeito e consi-*

deração. Tinham-nos dito que a central ia ser transferida em meados do ano passado. Ainda aqui está e ninguém se digna a dar-nos uma única explicação. Nós é que temos que correr atrás das pessoas a pedir explicações”.

As paredes enegrecidas pelo fumo, que lhe entra directamente em casa, são um facto que só faz aumentar as suas preocupações. “*Eu fico a pensar: se as paredes que são pintadas todos os anos, estão constantemente pretas do fumo, como devem estar então os nossos pulmões?!*” questiona D. Antónia.

Fartos de tanta negligência da empresa, os moradores exigem ver atribuídas as responsabilidades pelos danos. “*Já pedimos a uma equipa de técnicos e especialistas para avaliar os prejuízos físicos, psicológicos e sanitários que temos vindo a sofrer ao longo de todos esses anos, queremos a nossa devida indemnização*”.

Apesar de já se falar na inauguração da nova central para o próximo mês de Março, os moradores dizem-se descrentes e avisam que agora não basta só sair. Os responsáveis vão ter que pagar pelos danos causados durante quase três décadas de fumo e barulho.

Moradias económicas



As moradias económicas, financiadas pela Câmara Municipal da Boa Vista, já estão prontas para habitar. São 16 apartamentos dos tipos T2 e T3 vão ser a tribuídos a agentes da Polícia Nacional e funcionários públicos do Estado destacados na ilha. Depois da cerimónia de inauguração, marcada para o próximo domingo, 10, procede-se ao lançamento da primeira-pedra para a construção de mais 32 casas, na segunda fase.

Todas as 16 moradias situadas em Sal-Rei, na zona do Liceu, já estão prontas, faltando apenas terminar alguns arranjos na fachada e lateral. É que no local está-se ainda a finali-

zar os arruamentos. Os apartamentos são do tipo T2 e T3: sala comum, dois ou três quartos, cozinha, varanda e casa de banho.

As 16 moradias – primeira fase do projecto orçado em 68 mil contos – destinam-se aos agentes policiais e alguns funcionários públicos dos serviços desconcentrados do Estado. As actuais casas dos polícias vão ter de ser demolidas, por se encontrarem dentro do terreno de um privado.

A Câmara quer construir mais 32 apartamentos, no segundo e terceiro piso. O projecto já tem financiamento, mediante um empréstimo de 96 mil contos que a Câmara contraiu

junto à Agência Francesa de Investimentos. A cerimónia de lançamento da primeira-pedra desta nova obra acontece também este domingo, logo após o acto de inauguração.

Construir casas para os funcionários é uma medida estratégica para minimizar o problema de habitação que existe na Boa Vista e assim, atrair mais quadros à ilha. Actualmente a Boa Vista quase não tem casas para alugar. É que as existentes, embora desocupadas, são quase sempre de emigrantes e estrangeiros, que as deixam fechadas durante o período que ficam fora da ilha.

A inauguração da sede da primeira associação de luta contra o cancro criada em Cabo Verde marcou as comemorações do Dia Mundial Contra essa enfermidade. O cancro afecta alguns milhares de cabo-verdianos e é a segunda causa de morte no país.



Associação de luta contra o cancro inaugura sede

Sob os slogans “Não permita que se fume em sua casa” ou “Só um ambiente 100 por cento livre do fumo do tabaco pode proteger os seus filhos dos graves problemas causados pelo tabagismo passivo”, a Associação Cabo-verdiana de Luta Contra o Cancro (ACLC) - criada a 14 de Julho de 2007 - está, pela primeira vez, a desenvolver iniciativas no âmbito do Dia Mundial Contra o Cancro, que se assinalou a 4 de Fevereiro.

Na segunda-feira inaugurou a sede da ACLC, que se situa na Rua da Europa, nº 15, Achada Santo António, Praia. Aqui a equipa, liderada pelo médico Henrique Vera-Cruz, vai dar apoio psico-social aos doentes com cancro e às suas famílias. “Queremos criar grupos de apoio para os doentes”, adianta o coordenador da ACLC. A associação pretende ainda desenvolver actividades de prevenção e luta contra o cancro, divulgar informações sobre a doença e promover a educação para a saúde e a investigação em oncologia.

A primeira campanha de prevenção da ACLC, que conta já com cerca de 300 associados, acontece desde ontem e até hoje, 8 de Fevereiro, na Praça Alexandre Albuquerque, onde, a partir das 18 horas, será prestada informação sobre o cancro à população da Praia. Este sábado, às 16 horas, a ACLC promove uma marcha em frente ao Estádio da Várzea.

CANCROS MAIS COMUNS SÃO OS MAIS FÁCEIS DE PREVENIR

O cancro é a segunda causa de morte em Cabo Verde e a primeira de evacuações para Portugal - país que, graças a um protocolo que remonta à Independência, fornece tratamento aos doentes oncológicos cabo-verdianos. O risco de desenvolver o cancro antes dos 65 anos em Cabo Verde é de 6,6 por cento, “o que significa que deva existir na população cabo-verdiana, 31 mil pessoas com a

doença”, revelou recentemente a directora-geral de Saúde, Jacqueline Pereira.

Os cancros mais frequentes no arquipélago são, para o homem, os do fígado, próstata, pulmão e esófago. Na mulher, o cancro mais comum é o do colo do útero, o da mama e o do estômago.

A prevenção do cancro é uma das prioridades do Ministério da Saúde, e para isso está a preparar um Plano Nacional de Luta contra o Cancro, que deverá ficar pronto ainda este ano. Os tipos de cancros mais detectados no país - do fígado, no homem, e no colo do útero, na mulher, são considerados como de mais fácil prevenção, uma vez que os agentes infecciosos e os factores de risco que concorrem para que a formação dos tumores se originem estão cientificamente identificados. No caso do cancro do fígado, há uma correlação muito estreita com o consumo regular de álcool e com a infecção pelo vírus da Hepatite B. Daí o MS apostar em campanhas de prevenção contra o alcoolismo e o consumo do tabaco, ao mesmo tempo que investe na despistagem e vacinação para a Hepatite B. “Os cabo-verdianos têm que entender que é preciso reduzir a quantidade de álcool que consomem. Principalmente porque começam a consumir álcool muito cedo”, explica Henrique Vera-Cruz.

Quanto ao cancro da mama e do colo de útero, o Ministério da Saúde quer organizar consultas de seguimento e iniciar um programa de rastreio. “Já foi criada uma comissão para estudar a definição de um programa de rastreio do cancro do colo do útero”, adianta Henrique Vera-Cruz.

A mulher deve realizar, segundo as normas da Organização Mundial de Saúde, uma citologia cervical (vulgo, Papanicolau) de três em três anos (após o início da actividade sexual, ou dos 18 aos 65 anos), depois de apresentar um primeiro resultado normal. Caso tenha um Papanicolau “inconclusivo” ou “anormal” deve repetir o

exame uma vez por ano e prosseguir para tratamento. O Papanicolau é um exame simples, que não provoca dor, e que pode ser realizado pelo médico ginecologista ou por um clínico geral.

Quanto à prevenção do cancro da mama, é aconselhável a realização do auto-exame de apalpação da mama. Caso haja presença de algum nódulo a mulher deve consultar o seu médico.

Cerca de cinco por cento das mortes em Cabo Verde são atribuídas ao cancro da mama. Actualmente, o país já tem capacidade para fazer o tratamento de algumas pacientes, com quimioterapia, num Centro de Dia, criado, em 2006, no Hospital Agostinho Neto, na Praia. Este serviço deverá, em breve, chegar também a São Vicente, garantiu, ao A Semana, o ministro da Saúde, Basílio Ramos.

Já para prevenir o cancro da próstata é aconselhável que os homens de mais de 50 anos de idade façam os exames de rotina - toque rectal e análise ao PSA - uma vez por ano.

Mas, para Henrique Vera-Cruz, a prevenção de todos os tipos de cancro deve, sobretudo, incidir nos fumadores. “Um quarto de todos os cancros a nível mundial são provocados pelo tabaco. E a associação indirecta do tabaco com outros factores é responsável por 40 por cento de todos os cancros”, justifica o médico. A associação entre tabaco e álcool é também de alto risco para o cancro, estando na origem de tumores na língua, boca, esófago, mas também na bexiga e próstata.

“O fumo é um factor de risco para a própria pessoa mas também para outras que estão à sua volta, por isso insistimos no nosso apelo sobre os perigos do fumo passivo”, diz Vera-Cruz.

Durante este ano, a ACLC tem programadas actividades de consciencialização sobre o fumo passivo, como palestras em escolas e comunidades.

RVS

Jogar na prevenção das doenças

Um grupo de técnicos de saúde especializados, na sua maioria, na área da psicologia lançou em S. Vicente um projecto vocacionado para a educação terapêutica da população infanto-juvenil e respectivas famílias. A RedPsi surge, segundo os promotores, para proporcionar a estabilidade emocional, psíquica e clínica das crianças e dos adolescentes, agindo fundamentalmente ao nível da prevenção dos problemas de saúde e em prol do desenvolvimento harmonioso do indivíduo.

O propósito é avaliar o estado clínico e psicológico da criança e permitir que continue a desfrutar da sua saúde. “Agimos de acordo com o conceito moderno lançado pela OMS - Organização Mundial da Saúde - segundo o qual a saúde não é só a ausência de doença. Tem a ver com

o bem-estar geral do indivíduo”, explica o psicopedagogo Carlos Graça. Segundo Graça, a RedPsi é uma empresa composta por um grupo multidisciplinar de especialistas, nomeadamente por quatro psicólogos - três clínicos e um psicossocial -, um psicopedagogo, um pediatra, um enfermeiro e um massagista, além de contar com a colaboração de alunos do ensino superior da disciplina de psicologia.

Os universitários, como explica Zaida Morais Freitas, estão adstritos à área da educação terapêutica e desempenham fundamentalmente o papel de baby-sitter, ou seja, cuidar das crianças nos casos em que os pais não tenham tempo para isso. “Podem também ir buscar uma criança ao jardim ou à escola, se os pais não têm tempo. São devidamente identificados e

quando entregam as crianças, os pais assinam um documento comprovativo”, esclarece a psicóloga, para quem a RedPsi proporciona aos universitários a possibilidade de colocarem em prática os conhecimentos teóricos recebidos nos cursos de psicologia, ao trabalharem com as crianças, sob supervisão.

Ao actuarem na prevenção, estes especialistas tentam inculcar nos pais o hábito de levarem os filhos às consultas, mesmo que estejam a aparentar uma óptima saúde. Deste modo, dizem, poderão prevenir futuros problemas do foro psíquico e físico. “Os pais têm por hábito procurar os médicos quando o problema já está instalado. Quando a criança começa a revelar comportamentos ‘estranhos’, baixa as notas na escola ou tem, por exemplo, uma gripe. Só que, nesses

casos, o problema já lá está e leva o seu tempo a ser resolvido”, diz a clínica Teresa Andrade, psicóloga clínica, que alerta as pessoas para o facto dos problemas serem fruto de um processo evolutivo, assim como as soluções.

No fundo, enfatiza Zaida Freitas, a RedPsi procura proporcionar às crianças e famílias uma vida saudável, razão por que a empresa dispõe de uma equipa pluridisciplinar. Além do tratamento psíquico e clínico, a empresa concede formação a pais, técnicos e empresas. O objectivo da sociedade é estabelecer convénios com os ministérios da Educação e da Saúde e pensa, a médio prazo, estimular a criação de duas associações: uma destinada aos psicólogos e outra virada para os jovens carenciados.

KZB

O DESEMPENHO DA JUSTIÇA E A PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS

Nas sociedades democráticas, os poderes públicos estão sectorialmente divididos, cabendo ao poder judicial a nobre função de dirimir os conflitos que se produzem, em razão dos diversos interesses de cada membro ou grupo sociais, arbitrando-os suficientemente equidistantes e sobre as provas que as partes conseguirem produzir para a sustentação das suas pretensões.

Os agentes intervenientes na feitura da justiça são, de uma forma geral, merecedores de respeito e reconhecimento da sociedade e não é por acaso que, em alguns – poucos - estudos já efectuados, a Justiça aparece como dos sectores mais bem cotados, pois, muitas vezes, por mero receio, se abdica de fazer qualquer pronunciamento, mormente negativo, tanto pelo desconhecimento dos meandros da sua movimentação, como pelo medo de em algum momento poder-se cair na sua alçada e, hipoteticamente, ter-se em conta tais despropósitos.

A nossa abordagem, no entanto, nada tem a ver com as decisões dos juízes, que, sob a protecção legal, apenas devem obediência às leis e às suas próprias consciências, até porque, sendo o seu papel o de decidir sobre as provas que as partes fizerem nos processos, naturalmente que uma das partes, perdendo, sempre se sentirá insatisfeita, ou seja, por mais justa que se pretenda serem as decisões, nunca serão recebidas da mesma forma, tanto mais que, mesmo para aquela que perder, acaso estivesse, a priori, absolutamente certa de que estava errada, se permitiria ir tão longe na sua disputa.

Efectivamente, o que constrange, aos olhos dos

cidadãos comuns, é o processo que conduz a essas decisões, em particular a excessiva demora para o seu desfecho que, mesmo ganhando, o ofendido se sente injustiçado, não pelas decisões, que até podem ser favoráveis, mas pela sua extemporaneidade. Aliás, bastas vezes se diz que as decisões tomadas fora do tempo constituem uma injustiça, mesmo quando elas nos venham favoravelmente, pois, para que as decisões sejam justas elas devem chegar a tempo e a modos de não causar outros danos correlacionados e, quantas vezes, ainda maiores que os originais.

Na verdade, para uma compreensão normal, como se espera de todo e qualquer ser humano, fica demasiadamente difícil entender que um processo esteja em trâmites internos por um período de dez anos, ou seja, 3.650 dias, sem uma decisão, transitado em julgado, e, pior, por força da lei, prescrever-se. Haverá maior decepção e injustiça neste mundo pecador? Isto para não falarmos daqueles processos cíveis que, não podendo prescrever, mofam nos arquivos, sabe-se lá até quando, ou nos de natureza laboral e dos quais, muitas vezes, depende a sobrevivência das famílias, com prejuízos sociais irreparáveis.

É certo que dos relatórios anuais, apresentados à Assembleia Nacional, constam melhorias no aumento percentual dos processos concluídos, mas que, francamente, não convencem a opinião pública e, até, seria de se apresentar, também, o rácio de produtividade – Recursos Humanos/Materiais/Financeiros – para que os cidadãos pudessem aquilatar se tais avanços são efectivos e que pudesse contrariar ou, no mínimo, animar aqueles que vêem as decisões dos seus

processos sistematicamente adiadas com medo de prescrição, se for o caso. Os Conselhos Superiores das Magistraturas lá vão dando alguns cavacos sobre as razões das morosidades, porém, para nós os leigos, que só nos contentam os resultados, como outrossim deve ser, nada disso convence, porquanto, eventuais faltas de meios ou questões organizativas são da responsabilidade dos poderes instituídos, eleitos ou não.

Tanto quanto se sabe, há prazos a cumprir pelos diversos agentes intervenientes nos processos e que, se cumpridos, as muitas morosidades havidas deixariam de se dar. Nós não estamos em condições de dizer se são ou não cumpridos, mas, de todo o modo, não seria despidendo se a Inspeção-Geral viesse a terreiro dizer que afinal todos os prazos são cumpridos e explicar, já agora, as razões pelas quais tais morosidades se verificam.

Admitindo essa hipótese, isto é, que os atrasos se devem a outros factores, que não seja o incumprimento dos prazos, essa entidade haveria de nos dizer que são motivados por falta de meios materiais e/ou legais e endossar, claramente, a culpa ao governo ou à Assembleia Nacional que não respondem a tais necessidades. Aí, quanto mais não seja, nos momentos de lançar os votos, os eleitores saberiam, conscientemente, como direccionar os seus votos.

A organização da sociedade, na democracia, é da responsabilidade do poder político, particularmente da Casa Parlamentar, que, além da Constituição, deve produzir leis ordinárias que orientem, orgânica e funcionalmente, os Institutos operacionais, por forma a que nenhum aspecto da vida social fique à margem ou incumprido,

sob pena de serem sancionados. Os Agentes da Justiça, salvo em matéria de decisões nos processos e das quais são legalmente irresponsáveis, e bem, no que concerne à organização e condução dos processos devem responder, mormente quando, eventualmente, causem prejuízos aos cidadãos e se, em processo próprio, forem reconhecidamente culpados.

Aliás, a propósito de prescrições, não obstante serem factos noutras paragens, são muito pouco entendíveis na sociedade, pois, como é possível que um processo, depois de anos e mais anos de andança pelos corredores, que pode ir da polícia, passando pela procuradoria, até aos tribunais, ainda assim, não consegue ficar sequer em condições de ser, ao menos, arquivados por falta de provas e, tão simplesmente, ser mandado, administrativamente, para o arquivo, sem se responsabilizar ninguém!

Nós somos de opinião que os Senhores Deputados devem se esquecer dos respectivos Partidos, nesta matéria, e legislar, a bem dos cidadãos, de modo que existam normas claras que, por um lado, definam os prazos razoáveis para que os processos sejam concluídos e decididos, com trânsito em julgado, e por outro lado, em caso de incumprimento, sejam responsabilizados os agentes que forem declarados culpados.

Tenha-se em conta que, em democracia, nada é tabu ou deva esgueirar-se da acção escrutinadora dos cidadãos, sendo o poder exercido por procuração do povo, passada através do voto.

Mindelo, Fevereiro de 2008
Fausto Delacth Mendes
delacthmendes@gmail.com

PELAS AUTÁRQUICAS EM S.VICENTE

MpD, um partido que introduziu em Cabo Verde o conceito de democracia e do direito de termos direitos. Mas também que introduziu profundas reformas no país.

Paradoxalmente, fica a impressão de que, nos momentos fulcrais, não sabe cuidar de si próprio.

Após duas experiências que resultaram em desagregações, pergunto-me se tais acontecimentos não deveriam ser capitalizados enquanto processo de aprendizagem.

Numa das suas últimas intervenções, o Dr. Carlos Veiga chamou a atenção do seu partido para a necessidade de se pôr fim a atitudes de arrogância, de falta de humildade, sempre considerando que à nossa posição, há-de sempre contrapor-se uma outra de alguém que, assim como nós, pensa ter com ele a razão. Sábio e oportuno conselho. Todavia parece que, apesar do alerta, o partido insiste em enveredar pelo mesmo caminho.

Vem este comentário a propósito do anúncio público da provável candidatura de Gualberto do Rosário à presidência da Câmara de S.Vicente.

Como pode, ainda hoje, o MpD não ser capaz de gerir essa situação na estrita linha democrática, no estrito respeito pelo ideal do cidadão?

Uma carta confidencial de G.R. é respondida através da Comunicação Social. Porquê? A pergunta é pertinente porque ninguém acredita ter-se tratado dum lapso.

Todo o partido tem com certeza a sua estratégia própria. Estratégia essa que é sufragada pelo seu próprio eleitorado. Mas neste caso com a aparição de G.R., havendo uma franja da população são-vicentina de vários quadrantes que por ele há muito espera e sendo ele por coincidência militante do MpD, esse partido deveria procurar encontrar uma forma de se assumir como depositário da estratégia sufragada pela população da ilha e nunca se posicionar acima dos verdadeiros e mais profundos interesses da mesma.

Em havendo divergências pessoais entre J.S. e G.R., estas deveriam ser resolvidas por outras vias dentro do partido.

Porém, tentar impedir essa candidatura não é razoável.

Se tanto Isaura como Gualberto são militantes do MpD, Jorge Santos deveria permitir ao povo de S.Vicente participar dessa escolha. É que qualquer delas seria uma escolha, escolhendo o MpD. E acredito que mesmo que G.R. se candidatar como independente e com projecto próprio, ele nunca deixará de ser MpD.

Mas para além das nossas vontades que podem ser diferentes de outras também legítimas, é necessário analisar a

prova de coerência enquanto elemento de confiança.

Os argumentos e a forma como têm vindo a ser apresentados não se enquadram na lógica filosófica que orienta o comportamento do MpD.

A grande questão de momento é que se G.R. se candidatar, ele será considerado um adversário do MpD. Porquê tanto extremismo?

Em primeiro lugar essa relação não é linear, pelo que não é correcto forçá-la, e, é o próprio que já fez saber isso mesmo quando afirma que só se candidata, mesmo que na qualidade de independente, a favor de S.Vicente e nunca contra o MpD. Acho que é a primeira vez que ouvimos isso na história da democracia cabo-verdiana, porque apreende-se, pelo contexto, que não se trata do oportunista lugar comum de ocasião.

Sem qualquer propósito de cobrança mas indo concretamente aos factos de modo a entendermos a coerência enquanto suporte dos actos, quem são para o MPD, Jorge Santos, Gualberto do Rosário e Isaura Gomes? Qual a sua atitude para com o MPD?

Isaura Gomes. Militante do MpD há aproximadamente quatro anos, se tanto. Entrou para o partido praticamente na posição de Vice-presidente. Uma militante de fresco, que não teve de dar provas concretas da sua abnegação, salvo em discursos, para ocupar a posição que ocupa no partido.

Jorge Santos. Abandonou o MpD para se tornar independente por muitos anos. Mas foi mais longe. Alinhou claramente com o PAICV, principal opositor do MPD. Hoje, depois de muitos anos, está de volta ao MPD.

Gualberto do Rosário. Membro fundador do MpD. Tem 18 (dezoito) anos de militância permanente no MPD, tempo coincidente com a vida do próprio partido. Foi deputado por Cabo Verde nas fileiras do MpD. Foi Ministro da Agricultura e Pescas. Desempenhou o cargo com garra por Cabo Verde, mas sempre com MpD ao peito. Foi depois retirado do cargo passando de novo à condição de deputado. Não deixou transparecer ainda que de forma ligeira, qualquer decepção por ter deixado o governo e lá estava ele de novo, com a mesma garra defendendo as suas posições dentro do MpD, por Cabo Verde. Volta a regressar ao governo agora com responsabilidades acrescidas, formando aos poucos uma verdadeira dupla com Carlos Veiga. Por fim e na continuação dum longa trajectória e de muito trabalho, sempre no seio do MpD, chega a líder do partido que ajudou a fundar e a Primeiro-ministro. Enquanto elemento preponderante da revolução política e económica

levada a cabo na década de noventa, com Veiga à cabeça é claro e embora não sozinhos obviamente, enformou para a história, o rosto da década ventoinha.

Após sete anos como militante de base, temos aí o mesmo homem do MpD, no MpD que um dia há 18 anos atrás ajudou a criar, a fazer crescer e a revolucionar o país.

E é este homem, com este retrato, que se mostra hoje disponível e com vontade de se candidatar à presidência dum câmara do seu próprio país. Uma Câmara onde muitos, de outros partidos, sem partidos, do seu próprio partido e diga-se para maior precisão, inclusive um ou outro da própria ala de Isaura Gomes, também o querem à frente desta autarquia.

Um homem cuja única diferença, e é isto que falta a muitos políticos, é ser guiado pelo pressuposto de que a ilha, ou Cabo-verde, são mais importantes do que qualquer partido político. Mesmo que o seu. Porque no seu entender o partido político não é um fim em si, mas sim, um simples instrumento para servir o país e as ilhas que constituem o objectivo.

Logo, conclui-se, não podendo atingir esse nobre objectivo e desafio por uma determinada via, na qualidade de cidadão livre, comprometido e convicto, não desiste na procura de vias alternativas.

Poderá haver maior coerência?

Gostaria de não falar em objectivos ou interesses pessoais escondidos, porque neste caso teríamos de levar ao terreiro grande parte da nossa classe política para se explicar.

Nestas circunstâncias, como se pode hoje ver G.R. como opositor do MPD?

Uma referência às mensagens *on-line*.

Os defensores de G.R. têm enviado uma mensagem positiva, construtiva, mostrando a importância, as virtudes e vantagens dessa candidatura. Os opositores, para quem até há bem pouco tempo ele era um herói, num autêntico salto mortal, têm-lhe dirigido ataques pessoais, sem qualquer fundamentação de suporte.

Assim, em nome da coerência, mas fundamentalmente a bem de S.Vicente, ponhámos os ARGUMENTOS na mesa.

Mas com lucidez, sem raivas e com S.Vicente, só S.Vicente como nossa grande bandeira.

Termino desejando uma boa aventura autárquica a todos os candidatos e que, perdendo ou ganhando, continuem a pôr o seu saber e a sua competência ao serviço de S.Vicente que muito precisa.

Evanildo Rocha

Sexta-feira, 8 de Fevereiro de 2008

Asemana

VENHAM MAIS SETE

Estamos, felizmente, quase no termo do mandato da equipa municipal no “*malogrado*” Município de S. Vicente, onde ao longo dos quase quatro anos deste mandato fez-se a babel, à mistura com a leveza, o indecoro, a ausência de postura de servidor público e até de urbanidade no relacionamento com os munícipes e outros cidadãos, nacionais e estrangeiros; os desmandos, aliados a excessiva partidização dos serviços, na perversa lógica de “*ou estás comigo ou estás contra mim*”, mesmo sabendo que esta lógica fere gravemente os direitos fundamentais dos dirigidos.

Durante estes quatro anos de mandato camarário, três deles passaram e só demos por eles apenas por causa dessa ostensiva balbúrdia com que nos tem brindado e pelas entrevistas de “*prestação de contas*” das longas e constantes deslocações pela Europa ribeirinha ou profunda. Ah, também demos conta deles quando inúmeras vezes a edil veio reclamar mais dinheiro do Governo, ao mesmo tempo que o agredia verbalmente, de forma quase sempre infame.

Porém, trabalho, que é bom, este ficou à espera por melhores dias.

É verdade que neste último ano surgiu um corupio de ditas obras, que vistas no sentido de produto ou resultado, são para esquecer, pois constituem um amontoado de coisas desconexas. Um pedaço de rua

calçetada ou alcatroada ali, um pedaço de passeio aqui e ali, uma e outra “*rotunda para carrinhos de arame*”, o Festival da Baía, o Carnaval, e pouco mais. De resto é a carcomida propaganda eleitoral, já abandonada em outras paragens, que consiste em cercar ruas demoradamente e por toda a parte, nas vésperas de eleições, na tentativa de dar a impressão aos munícipes de que se está fazendo muita obra.

Enquanto isso e de acordo com os compromissos de “*job for the boys*”, aliado ao revanchismo à mpdiana, engordou-se desmesuradamente a folha de salários do Município, com a colocação de muitos bons funcionários em prateleiras ou em lugares onde são menos úteis, ou até mesmo no desemprego técnico, e a contratação descontrolada de novos funcionários. Aliás, esta carga salarial será um dos casos mais bicudos para quem vier a assumir a gestão do Município no futuro próximo.

Mas se a questão do orçamento de funcionamento do Município de S. Vicente já é extraordinariamente preocupante, ela ainda acresceu ao se saber que a edil acabou de convocar a sua equipa, para essencialmente aprovar a admissão de mais SETE funcionários, em regime de contrato a termo certo, alegadamente para reforçar o corpo de fiscais. Para mais, notícias que nos chegam dizem que estes não serão os últimos.

E, claro está, só os demasiados ingénus não entenderão que estamos face ao recrutamento camuflado de tropas de campanha, pagos com o erário público.

Pois, francamente, antes de qualquer reforço do corpo de fiscalização deste Município, necessário se torna discipliná-lo, aproveitando a boa-gente que tem, porque as tem, e pondo no devido lugar os que só pensam no salário no fim do mês e a comparticipação monetária nas multas, que nem sequer aplicou, ou que se o fez, fê-lo de forma menos racional e ilegítima. Quebrar os vícios institucionalizados, como sejam a comparticipação financeira desmedida nas multas ou até em outros actos em que a fiscalização não intervém, como vem acontecendo nos casos das legalizações, que agravam os efeitos negativos das multas pela sua exorbitância.

Outrossim, essa questão das contratações por esta gestão camarária mais parece a panelinha das comadres. Pois é assim que recentemente a Câmara decidiu integrar no seu quadro de pessoal um técnico com mais de cinquenta anos, violando a regra imperativa que impõe que a admissão na Administração Pública seja com a idade máxima de trinta e cinco anos. Embora se acredite que o Tribunal de Contas não deixará passar tal violação da lei, não deixa contudo de representar uma grande injustiça

em relação aos jovens quadros contratados a termo certo pela Edilidade e que aguardam a sua vez.

Mas essa convocatória da senhora edil, Isaura Gomes, traz-nos mais uma informação, no mínimo curiosa. Com efeito, ela convoca a sua equipa para lhe aprovar também a transferência de verbas. Curiosa porque estamos no primeiro mês de execução do orçamento municipal, ainda que seja a aplicação do de 2007, já que não foi aprovado nenhum para 2008, e já pede a transferência de verbas, o que deve consubstanciar-se no emagrecimento de uma ou mais rubricas para socorrer outras entretanto esgotadas. Aliás, só neste caso isso é legalmente permitido. Sendo assim, como poderá ter já sido esgotada alguma rubrica?

Porém, apesar do inusitado do caso, não se acredita que Isaura esteja já reforçando as verbas do seu gabinete para dispor assim de mais dinheiro sobre o qual só ela dita o destino e lhe possa assim ser utilíssimo na campanha eleitoral que se avizinha. Mas que é curioso, lá isso é.

Face a tudo isso, espera-se que a oposição, pelo menos nesta altura do campeonato, dê o ar da sua graça, saia da sua omissão, quebrando assim a acusação de cumplicidade, que, por sinal justamente, tem sido alvo pelo seu alheamento.

Antero Coelho

Ponto de Vista

Porventura da boca do Altíssimo não sai tanto o Mal como o Bem? (Lamentações 3:38)

Em defesa do Santo e Bom Nome e do Imenso Poder que é próprio do DEUS Altíssimo, e no Nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, a **Congregação Reformada dos Adventistas do 7º Dia, de Tendões** (CRASDT), vê-se obrigada, por meio do seu *Departamento de Direitos, Liberdades e Garantias (DDLG)*, a responder ao artigo publicado na última edição do Jornal "Asemana", sob o título "Ainda a propósito da Fé Adventista e do Juiz Religioso", publicado na página 22 da supra citada edição, o que faz, ao abrigo dos arts. 47º/7 e 59º/4 da CRCV, da seguinte maneira:

a) Resposta Religiosa e não Profissional

1º Em primeiro lugar, eu, Amândio Brito, gostaria de deixar bem claro e patente que esta resposta é em nome da CRASDT e não em meu nome próprio e nem em função do meu cargo social, agindo eu, aqui, somente enquanto representante do DDLG e na função de cidadão comum, ao abrigo da minha liberdade religiosa individual. Deixe-se, pois (peço-vos), o cargo de Juiz de lado para que assim não se façam confusões desnecessárias, quanto ao aqui escrito (coisa que eu não pretendo);

2º E se peço tal a todos os cidadãos, peço também isso, em particular, ao Sr. David Cardoso, que várias vezes se referiu à minha pessoa como Dr. Amândio, no artigo que recentemente publicou. Digo isto na medida em que o título académico não me é válido em questões religiosas mas sim profissionais pelo que quando o assunto se referir a religião, gostaria de que, por favor, se excluísse esse título e eu fosse visto como mero praticante religioso, como qualquer outro cidadão comum (independentemente do credo religioso a que cada um pertença ou da convicção religiosa que cada um tenha);

b) A Explicação do nosso Nome

3º Visto que reparámos haver uma grande dificuldade, da vossa parte (Adventistas nominais), em entender o porquê do usarmos as palavras "Adventista do 7º dia", no nosso nome, achámos por bem vir a explicar, a vós e a todos os cidadãos, qual o significado do nosso nome. Ora, o nosso nome é **Congregação Reformada dos Adventistas do 7º Dia, de Tendões** (CRASDT). Congregação é o mesmo que Igreja, esclarece-se, sendo sinónimo seu;

4º A designação "Reformada" advém do facto de que, por um lado, os primeiros membros fundadores desta Congregação terem pertencido, primeiramente, à Igreja Adventista do 7º Dia, mas vieram, posteriormente, com base na Bíblia Sagrada, a reformar vários princípios doutrinários e práticas religiosas aceites por esta Igreja, com os quais não concordam, por o texto bíblico demonstrar uma realidade diversa da ensinada pela Igreja Adventista do 7º Dia. Por outro lado, esta Congregação vem a concretizar a seguinte profecia Bíblica: "E os que de ti procederem edificarão as antigas ruínas; e levantarás os fundamentos de geração em geração; e chamar-te-ão reparador das roturas, e restaurador de veredas para morar." (Isaías 58:12)", sendo porta-voz de reformas sérias, bíblicamente inspiradas, a serem aplicáveis a todos os homens. Daí o nome de Congregação Reformada, visto ter surgido de uma reforma interna e ter como missão proceder agora a uma reforma geral;

5º O facto de mantermos o nome de "Adventistas" refere-se ao facto de nós sermos um povo que aguarda o advento (a vinda), há muito anunciado, de Jesus Cristo Nosso Senhor, a este planeta, para libertar da opressão os justos e concretizar o Juízo Final. Em função de vivermos a nossa fé na ardente expectativa dessa mui próxima Vinda, somos legítimos

Adventistas pois que esperamos a Vinda (Advento) de CRISTO;

6º A referência ao "7º Dia" refere-se ao facto de esta organização estar convicta, conforme mandamento bíblico, de que o Sétimo Dia (o Santo Sábado) é o Dia do Senhor. Nessa convicção, fazemos questão de, no nosso nome, mencionarmos tal crença, de forma a assim distinguirmo-nos das demais religiões;

7º A referência "de Tendões" refere-se ao facto de esta congregação ser apologista, tal como a Igreja Primitiva de Cristo, da desnecessidade de construção de templos de material robusto, pois que aonde quer que haja crentes do DEUS Altíssimo, quer em tendões, quer em outros lugares humildes, pode-se organizar uma Santa reunião em nome do Altíssimo. A referência a "Tendões", manifesta pois esta faceta de humildade e de simplicidade e de não extravagância;

8º Não merece qualquer censura legal o facto de adoptarmos a expressão "Adventistas do 7º Dia", na medida em que, no nosso nome, indicadores de sobra ficam para que seja facilmente distinta a diferença nominal entre ambas as igrejas e é essa simples diferença nominal que se exige, em termos de registo enquanto pessoa colectiva. Aliás, repare-se que o mesmo se passa quanto aos nomes individuais havendo Pedro Lopes, Pedro Ramos, Pedro Soares, entre outros. O facto de parte de um nome ser repetitivo não é algo ilegal nem inconstitucional, muito pelo contrário;

9º E não é estranho que entre Igrejas tal diferença nominal surja. Tanto assim é que existem outras igrejas Adventistas discordantes da Igreja Adventista do 7º Dia, como a Igreja dos Adventistas Bereanos e a Igreja Adventista do Movimento de Reforma, todas estas, sediadas no Brasil, todas também crentes no 7º Dia, pelo que muito nos espanta o porquê de nos criticar logo a nós?!? Será isso alguma forma de rancor contra nós?!? Não nos esqueçamos que de várias igrejas surgiram outras igrejas cuja mudança nominal quase que se resumiu ao aditamento da "Reforma". E isso é fenómeno bem conhecido no meio religioso;

10º Quanto à má maneira como se dirigiu, em tom de escárnio ao nosso humilde nome, o SENHOR tem a perguntar-lhe o seguinte: "Até quando, ó simples, amareis a simplicidade? E vós escarnecedores, desejareis o escárnio? E vós insensatos, odiareis o conhecimento?" (Provérbios 1:22). E ELE os adverte que "Preparados estão os juízos para os escarnecedores, e os açóites para as costas dos tolos." (Provérbios 19:29) pois "Isso terão em recompensa da sua soberba, porque escarneceram, e se engrandeceram contra o povo do SENHOR dos Exércitos." (Sofonias 2:10). Convém, ao Sr. David, saber que "Se fores sábio, para ti serás sábio; e, se fores escarnecedor, só tu o suportarás." (Provérbios 9:12) pois que "Porque por tuas palavras serás justificado, e por tuas palavras serás condenado." (Mateus 12:37);

c) A questão do Bem e do Mal

11º Cumpre esclarecer que está escrito: "Digno és, Senhor, de receber glória, e honra, e poder; porque Tu criaste todas as coisas, e por tua vontade são e foram criadas." (Apocalipse 4:11). Se DEUS criou todas as coisas, desnecessário se torna dizer que tudo aquilo que é cognoscível e compreensível (quer bom quer mau), é criação Sua. A admitirmos que DEUS criou somente o Bem, então teríamos de assumir que ELE não criou tudo mas "quase tudo" pois que o Mal (algo criado, que não surgiu do nada), ficaria excluído da Sua Criação, o que equivaleria a retirar o Poder a DEUS;

12º E se quisermos especificar quais as

coisas que DEUS criou, diz a Bíblia Sagrada: "Porque Nela foram criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis, sejam tronos, sejam dominações, sejam principados, sejam potestades. Tudo foi criado por ELE e para ELE." (Colossenses 1:16). Logo, todas as coisas, em todo o lugar, quer visíveis quer invisíveis (o Bem e o Mal, portanto, incluídos), são Criação Divina. Como isso é incontestável (salvo se se for soberbo, pois que então não se reconhece tal), nem vale a pena falar muito acerca disso;

13º Mas, aproveitando-nos da sua própria explicação, lhe perguntamos: *Se o Diabo não pode criar o Mal, como é que ele Originou o Mal, como afirmou?!?* Das duas uma: se entendermos que a criação é igual à originação, então temos o Diabo, na sua tese, como Criador do Mal, o que é Bíblicamente impossível pois que só DEUS é o Criador (inclusive, criou o próprio Diabo, como, nesta parte, o Sr. David bem afirmou); se entendermos que aquele que origina não é quem, na verdade, cria, então chegamos também à conclusão de que o Diabo usou, pela primeira vez, algo criado, o que só mostra que foi DEUS quem criou o Mal, na medida em que ELE e a Sua Criação são anteriores ao Diabo. Nesta última hipótese, caso contrário, como poderia o Diabo usar o mal se não estivesse este já criado?!? E se já estava criado, DEUS o criou, claro está;

14º Ademais, relembre-se que o Diabo é conhecido como "tentador" (Mateus 4:3) e não como o "criador" pelo que, enquanto tentador, somente se aproveita de algo criado para seduzir outrem, com tal coisa. O uso, ainda que primário (do Diabo), não retira a Criação (de DEUS);

15º Não pudemos, todavia, deixar de ficar atónitos perante algo que disse o Sr. David. Este, no mesmo artigo, disse que "Satanás é uma criatura e não tem portanto poder para criar nada" mas depois veio, cheio de argumentos e sem provas Bíblicas, a afirmar, relativamente à autoria do "Mal Moral ou Pecado" que "Pergunto quem é responsável por este tipo de mal? Certamente é Satanás" e "Em suma, se considerarmos o termo criador no sentido de autor ou originador, Satanás de facto foi o criador do Mal". Afinal, conforme o que dizeis, em que ficamos? Satanás é criador ou não?!? Porquê tanta confusão doutrinária?!? Ou tendes dificuldade em explicar a vossa doutrina?!? Vemos que vos faltam, pois, convincentes argumentos Bíblicos. Quanto a nós, tais tremores doutrinários não nos assolam;

16º E se satanás criou o Mal Moral (pecado) e DEUS criou o Mal Calamidade, haverá então, segundo a vossa doutrina, dois criadores do mal?!? E por essa mesma doutrina, existirão dois males?!? Não haverá também dois Bens, segundo a vossa doutrina?!? **Vede o que falais...**

17º Quanto à sua especulação de que achamos que DEUS é culpado por todo o Mal que existe, retorquimos que ELE não tem culpa nenhuma do Mal que nos rodeia (embora todo esse Mal provenha da Sua Criação) pois que nunca aconselhou o uso do Mal. Nós é que, deliberada e sistematicamente o utilizamos, pelo que, em consequência, sofremos também das consequências inerentes. E que culpa poderá ter DEUS das nossas escolhas e acções pessoais?!? Logo, "De que se queixa, pois, o homem vivente? Queixe-se cada um dos seus pecados." (Lamentações 3:39). O que nos rodeia é, assim, culpa nossa, por interirmos voluntariamente num Campo (o Mal) que DEUS criou mas sempre nos aconselhou a não utilizarmos para não colhermos dos seus amargos frutos (que ELE sempre soube quais foram);

18º Quanto ao Diabo, se é certo que este tem a sua culpa, não nos esqueçamos também

da nossa, para que não aconteça que ponhamos toda a culpa sobre ele e nos esqueçamos dos males que dia a dia, infelizmente, muitas vezes fazemos. Afinal, no Dia do Juízo, "De maneira que cada um de nós dará conta de si mesmo a Deus." (Romanos 14:12);

19º Para que se entenda, no entanto, para que é que DEUS fez o Mal, apontamos, simplesmente três razões básicas: Ora, *o Senhor é Espírito; e onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade.* (II Coríntios 3:17) Sem o Mal, como poderíamos escolher?!? Imagine-se um mundo aonde todos tinham de seguir a DEUS todos os dias, a todas as horas, sem que jamais fizessem aquilo que sabiam ser a sua vontade própria mas sempre a vontade de DEUS, sem qualquer opção; apesar deste mundo tão belo, nem todos concordam com ele e muitos preferem viver sem se lembrar sequer de DEUS ou lembrando-se DELE somente em horas de afronta. Será que tais pessoas seriam felizes, vivendo num mundo aonde não teriam escolha pessoal de como viver mas viveriam somente como DEUS quer que elas vivam?!? DEUS quer que o sigamos por querermos (em função do Amor) e não por mera obrigação e falta de escolha. Daí nos ter concedido o Bem e o Mal, cujas escolhas, a nós nos pertencem, a cada momento;

20º A segunda razão é esta: "Porque as suas coisas invisíveis, desde a criação do mundo, tanto o Seu eterno poder, como a Sua divindade, se entendem, e claramente se vêem pelas coisas que estão criadas, para que eles fiquem inescusáveis;" (Romanos 1:20) Se não houvesse doença, como saberíamos que DEUS poderia curar?!? Se não houvesse fome, como saberíamos que DEUS poderia saciar?!? Se não houvesse Mal, como saberíamos que DEUS é Bom?!? Não havia possibilidade alguma de haver discernimento, sem o Mal (o contrário do Bem) e ficaríamos sem podermos entender toda a plenitude do Poder assim como o Carácter, de DEUS. O Mal surge, pois, como modo necessário de revelação do Poderio de DEUS;

21º Finalmente, o Mal existe também por isto: "Não concedas, ó SENHOR, ao ímpio os seus desejos; não promovas o seu mau propósito, para que não se exalte. (Selá.)" (Salmos 140:8). Caso não existisse o Mal, aqueles que se rebelassem contra DEUS, iriam avante (com sucesso), com as suas más pretensões pelo que o Mal, também, tem natureza protectora em relação ao Bem, servindo para defender que aqueles que se revoltam contra DEUS, impedindo que sejam exaltados, mas garantindo a sua real punição. Daí Adão e Eva terem sido expulsos do Éden. O Mal impediu-os de, mesmo no pecado, continuarem a desfrutar das bênçãos do Éden;

22º Quanto aos vários argumentos linguísticos que mencionou, simplesmente lhe dizemos que foi DEUS quem fez a linguagem e depois a diversificou (Génese 11:7), pelo que independentemente da dogmática de uma língua concreta, o significado de palavras como o Mal, é o mesmo para todos os povos. E o Mal abrange "tudo aquilo que é contrário ao Bem", quer o pecado moral, quer as calamidades, quer qualquer outra coisa contrária ao Bem. Desnecessários se tornam os argumentos linguísticos; a luz está só na Bíblia Sagrada. Mesmo com base no seu argumento linguístico, como é que sabe que "ra" em Isaías 45:7 refere-se ao "mal calamidades" e não ao "mal pecado", quando assume que essa mesma palavra tem ambos esses sentidos? Acaso anda a escolher o significado das palavras para cada passagem?!?

23º Como último ponto, tendo nós notado, novamente, a vossa linguagem ofensiva para conosco, recusamo-nos a responder-vos em tom semelhante pois que está escrito "Não te deixes vencer do mal, mas vence o Mal com o

Seu preto!

De acordo com os artigos 1º e 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade... sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de política...” Também, no seu artigo 1º, a nossa Constituição enfatiza o respeito e a dignidade da pessoa humana como um princípio fundamental e o elenca nos limites materiais da revisão: uma matéria que não pode ser objecto de revisão.

Este leve exórdio, e a propósito de raça e de cor, lembra-me com saudade, o meu padrinho e colega de trabalho na Empa, o malogrado Chico Cham que, amiúde, nos contava com visível gozo interior as peripécias e a forma como nos anos 70, na Praia, alguns jovens e estudantes liceais “subversivos” tentavam driblar do esbirros e as urras da Pide-Dgs. E entusiasmava-se muito com o caso do Dico; este, face a hesitação em aceitar ser ele o cabecilha pelo lançamento de panfletos e pichagens nas ruas e paredes da Praia em apoio à luta na Guiné, recebeu do seu algoz uma violenta bofetada no lado direito. Sereno e com sentido de humor, Dico sussurrou: “*ah, faxi si!, nhu aplika otu bafatáda na ladu skèrda*”. Intrigado, o agente de Salazar berrou: rua, seu preto!

Se analisarmos este quadro numa perspectiva histórica, social e política, crê-se que este preto *pidesco* serviu como elemento de união e federador de todas

as vontades nacionais à volta de uma causa maior. Contrariamente, a análise do último e grave episódio ocorrido na manhã do dia 28 de Janeiro, na sessão parlamentar da AN, é uma tentativa de destruição dessa ideia de nação. É que numa linguagem insultuosa e de pendor acentuadamente tribalista, o dr. António Pascoal Santos, da Boavista mas deputado pelo círculo eleitoral de S. Vicente, chamou ao dr. Rui Semedo, de Santiago e deputado pelo círculo eleitoral da Praia, de *preto!* sem que nenhum colega da sua bancada, dele se demarcasse.

E estes pequenos detalhes têm por objectivo vincar o posicionamento preconceituoso de sectores bem identificados no interior deste Movimento de direita de que o deputado António Pascoal é dirigente, quando estão em pauta questões sensíveis como por exemplo: a África, a identidade africana, Santiago rotulado como a ilha mais africana do arquipélago, a sua população, etc.

De jeito que não há como escamotear; acintosamente, este preto pascoalino tem no seu bojo todo o conteúdo pejorativo com os seus estereótipos inerentes quando se reportam a África: o negro é inferior, primitivo, desconfigurado, bem ao gosto de um Gobineau na sua vergonhosa tese, *Desigualdade das Raças Humanas*, provável fonte de inspiração do guerreiro deputado.

Para o bem do país o MpD deve poupar a sociedade das suas ridículas mas perigosas patacoadas, veiculadas quase sempre por testas-de-ferro chamados António. Foi assim com um tal António

Tomar, com o seu virulento discurso anti-África, anti-Angola, anti-Praia e que, por isso, provocou acesa discussão com o então líder da bancada da oposição, Dr. Felisberto Vieira; foi assim com António Jorge Delgado, deputado e ex-ministro da Cultura, e a sua assumida rejeição a Santiago e à figura de Amílcar Cabral; hoje, todos os santiaguenses aturam, pacientemente, a fúria deste senhor António Pascoal na sua investida sórdida contra a ilha de Santiago e contra a Praia, sem uma razão aparente! E é bom recordar nesta ocasião, que o próprio líder da bancada e hoje candidato à Câmara Municipal da Praia, senhor Ulisses Correia e Silva, insultou no parlamento as mulheres da Praia, ao acusar a Ministra Sara Lopes de comportar-se como as vendeiras do Sucupira. Todavia, o poder de improvisação e o talento de réplica da ministra Sara fizeram levantar bem alto a dignidade das laboriosas senhoras do Sucupira.

Por isso, precisa-se de uma atitude de indignação enérgica para que esse tipo de discurso não faça escola no país, colocando em risco a nossa preciosa unidade nacional. Vejam que há bem pouco tempo, na década de 30, de acordo com *O fazedor de utopias* de António Tomás, organizou-se, no Porto, “uma Exposição Universal onde negros do império eram exibidos no Jardim zoológico e considerados como seres intermédios entre homens e macacos”.

Nesta óptica, não é nenhum exagero associar discursos racistas como os do deputado António Pascoal e do seu partido a casos como o assassinato, há vários

anos, do líder do Quilombo dos Palmares, o negro Zumbi; de Martin Luther King; ao massacre dos negros de Sharpeville, tortura a Nelson Mandela, etc.

Deste modo, é preciso imbuir-nos de um espírito de luta e ter essa atitude de indignação pedagógica que passaria pela assumpção plena duma consciência negra, evitando todo esse suplício emocional e mental que às vezes, de acordo com uma publicação de especialidade, faz reduzir a nossa própria auto-estima.

Todavia, é chegada a altura de se discutir, sem complexo, sobre a oportunidade da revisão do conceito, da filosofia e da abrangência do programa de luta contra a pobreza. Se no figurino actual, o executivo de JMN está a marcar pontos com o sucesso do programa, devemos, todavia, reconhecer que o mesmo falhou em absoluto na luta contra a pobreza-de-espírito de um número razoável de deputados, que alterasse os paradigmas de atitude dos eleitos do povo. Resultado: a confrangedora pobreza das intervenções, restando protagonizar esses momentos tristes e hilariantes que só Freud pode explicar.

De resto mesmo, não fosse o tique pejorativo intrínseco à acusação pascoalina, não haveria razão para qualquer tipo de reparos, sendo certo que tanto Rui, eu ou outro filho de Santiago, sente-se bem ali no seu cantinho e com muito charme no seu preto-afro retintado. Porque lá no fundo e na linha da impecável voz da cantora paulista Elis Regina, “*black is beautiful*”.

Terra Branca, 4/02/2008
Benvindo António Tavares

Boa Vista

Em Março de 1951, achando-me colocado na Repartição de Finanças de S. Vicente, embora não houvesse chegado a vez de exercer o cargo de secretário de finanças, foi-me perguntado se queria ir para a Boa Vista secretariar a respectiva repartição. Aceitei, mas sabia que um funcionário a quem cabia a comissão de serviço não se mostrara interessado.

Eu não conhecia aquela ilha e tinha desejo de a conhecer, pois gostaria de ir apreciar as lindas praias, de que toda a gente dizia maravilhas. Assim, no dia 19 de Abril do mencionado ano, cheguei à ilha das Dunas, tendo o Senhor das Areias em que segui, escalado a Ponta do Sol, Paul, Porto Novo, São Nicolau e Sal. Porque gostava e ainda gosto de viajar, a longa viagem foi-me bastante agradável. Chegado ao meu destino, fui bem recebido pelo meu inolvidável amigo Constantino Pereira, o qual me apresentou à irmã, D. Minda Pereira Silva, em casa de quem passei a ser hóspede. Ela tinha sido minha colega no antigo 6º ano do Liceu e, portanto, já a conhecia. O tratamento e a amizade de ambos contribuíram para que me adaptasse depressa ao meio.

Eles eram irmãos do 1º Presidente da República de

Cabo Verde – Aristides Pereira. Como todos os filhos do Padre Porfírio Pereira Tavares, tinham uma educação esmerada.

Encontrei na Boa Vista outras famílias distintas – Ferreira Santos e Spencer, com as quais convivi de perto.

Dei-me muito bem com toda a gente da ilha, cujos costumes me encantaram.

Conheci quase todas as povoações da ilha, tendo lá deixado inúmeros amigos, porquanto a minha relação com os contribuintes foi ótima, não discriminando ninguém, o que fez com que tenha sido considerado pessoa muito querida, conforme ainda hoje se diz.

A Vila de Sal-Rei, Espingueira, Bofareira, Estância de Baixo, Rabil, Povoação Velha e o norte da ilha, como João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça de Tarafes, foram lugares que visitei, sempre com interesse, cuja população me tratou como se de lá eu fosse. Pena é que não tivesse ido ao Curral Velho, onde, segundo fui informado, se faziam os queijos mais saborosos da ilha.

Sem desprimor para as outras ilhas habitadas do Arqui-

pélago de Cabo Verde, que conheço, achei que as pessoas da Boa Vista, seja qual for a condição social a que pertençam, são as mais simpáticas, as mais humildes, sem qualquer espírito de animosidade para com o semelhante. Tive ocasião de verificar isso, durante a minha longa permanência lá – quase 6 anos, a meu pedido, como já disse numa crónica anterior. No concernente à alimentação, não me esqueço da excelente cachupa com chacina, ente outros manjares apetitosos que comi. Note-se que chacina, que é feita com carne de cabra, seca, é inigualável na Boa Vista.

Ao leitor amigo, peço que procure visitar a ilha em referência, a fim de se inteirar dos grandes melhoramentos que já se fizeram e estão a fazer-se, depois da independência do Arquipélago. Há que destacar a construção do Aeroporto Internacional, obra de grande alcance, inaugurada recentemente.

A juventude de hoje ainda manifesta aquele grande respeito pelas pessoas mais velhas, como nos tempos em que lá estive?

Firno Pinto

INDEPENDÊNCIA NACIONAL VERSUS LIBERDADE E DEMOCRACIA?



ANTÓNIO NEVES

Asemana Sexta-feira, 8 de Fevereiro de 2008

“
*...apesar de termos dois
partidos políticos com
primazia na sociedade
cabo-verdiana, o
País é constituído
por um único Povo,
simbolizando,
simultaneamente,
a independência
nacional, a liberdade e a
democracia.*”

Somos, por vezes, confrontados com certos actos (verbalismos!) que, por mexerem com os nossos sentidos, transmitem às nossas mentes o impulso de fazer incidir sobre eles, imediatamente, as opiniões que nos suscitaram. Se, entretanto, depois de alguma reflexão, chegarmos à conclusão de que, afinal, o momento não é o mais adequado para se debruçar sobre tais actos, a tendência é aguardar até que haja uma eventual repetição (não há duas sem três!) para que se tome uma posição.

É exactamente o que pretendo fazer através deste texto, i.é, procurar exteriorizar um certo pensamento originado pelo facto de ter visto bater, com insistência, em determinadas teclas a fim de passar duvidosas mensagens para a opinião pública, semear no subconsciente dos cidadãos pontos de vista pouco claros em matéria de “*liberdades e democracia em Cabo Verde*”, de modo a integrarem o pensamento colectivo. Ao fim e ao cabo, tento alertar para o que poderá constituir uma espécie de lavagem de cérebro (alguns ventoinhas já não foram ao ponto de autodenominar-se, enganosamente, país da democracia?).

Estas observações têm a ver com um artigo publicado num certo jornal on-line no seguimento das últimas eleições legislativas e presidenciais realizadas no país. Trata-se de um texto da autoria de alguém que, sem dúvida, maneja a pena com muita mestria e ciente do que passa aos leitores através da sua escrita. Da sua leitura, retive a sensação de que as ideias e os pensamentos então expostos deixaram no ar a impressão de que havia algo mais, uma espécie de código subtilmente revestido de uma certa truculência política, um prefácio para ser lido nas entrelinhas ou, ainda, um *trailer* de algo que seria exibido posteriormente.

O artigo a que me refiro é da autoria de Jorge Carlos Fonseca (Zona), político e conceituado intelectual da nossa praça. Apesar do texto ter logo despertado a minha atenção, na altura limitei-me a “salvá-lo” para uma leitura posterior, com mais vagar, e aguardar uma melhor oportunidade para questionar as entrelinhas, visto me ter parecido que o articulista deixara na manga algum trunfo que, cedo ou tarde, ele haveria de dar a conhecer. Aliás, o próprio título do artigo: “**UM POVO DA INDEPENDÊNCIA E UM POVO DA DEMOCRACIA?!**”, é portador duma certa dualidade que se presta a questionamentos.

Na altura JCF deixara implícita a ideia da existência, neste país, de dois povos: um povo da independência, simbolizado pelo PAICV por ter dirigido a nossa luta de libertação nacional, e um povo da democracia simbolizado pelo MpD devido à vitória obtida nas legislativas de 13.Jan.91.

Antes do mais, sou da opinião de que a bipolarização partidária, um facto reinante na política cabo-verdiana, deve ser considerado como um dado meramente

conjuntural, que nada tem a ver com essa dita dicotomia de dois povos que os ventoinhas, embora de forma titubeante, pretendem que exista. Sobre esse particular, estamos todos de acordo em que no dia que aparecer uma terceira força política (as razões que contribuíram para que a UCID não conseguisse constituir-se como essa terceira força são bem conhecidas e remontam aos meados de 1990) com capacidade de mobilização e de captação do interesse do eleitorado, as coisas mudarão de figura. O que é diferente de estarmos perante um fenómeno fracturante, que só existe no subconsciente dos que desejam que tal aconteça.

É claro que depois de analisar vários parâmetros dessa questão, JCF acaba por chegar à seguinte conclusão: “*Enfim, o país mostra-se fracturado, dividido em duas partes, como se houvesse um povo da independência e um outro da liberdade*”. É óbvio que não existe um povo da independência e um outro da liberdade. Mas, apesar disso, fica, de certo modo, patente a ideia de divisão entre a independência e a liberdade, que, quanto a mim, são duas faces da mesma moeda, absolutamente indissociáveis, na medida em que a independência nacional, consumada a 05.Jul.75, é o verdadeiro marco da liberdade, obtida na luta contra o jugo colonial. Não obstante essa dita fractura ser apenas fictícia, parece insinuada de modo a se incutir no subconsciente dos que pensam diferentemente. Curioso ainda, é o facto de tais ideias serem postas a circular de forma a fazer escola e, eventualmente, constar das cartilhas para as gerações vindouras.

Entretanto, dando continuidade ao raciocínio sobre a divisão do nosso povo em duas metades, o articulista trouxe de novo a público em 23.Jan.08, na sugestiva rubrica “**Ressonâncias**” de um certo semanário, repetido no mesmo jornal on-line em 24.Jan.08, um texto sob um longo título, do qual, para economia de espaço, cito apenas: “**O «povo MpD» e o «povo PAICV», o 13 e o 20 de Janeiro**” que, a meu ver, é um complemento às ideias afloradas no primeiro artigo atrás mencionado. Partindo do pressuposto que a minha opinião nesse aspecto é sobejamente conhecida, aceito que “*há um partido a simbolizar a independência*”, do mesmo modo que não acredito que haja “*um outro partido a simbolizar outra conquista histórica dos cabo-verdianos, a liberdade e a democracia*”, como escreve JCF.

Se, por razões óbvias, é inquestionável que o PAICV simboliza, de facto, a independência nacional e, conseqüentemente, a liberdade (sem a veleidade de ensinar a missa aos padres), a verdade é que a democracia, por sua vez, é simbolizada pelo conjunto dos partidos existentes e/ou fundados após a abertura política – de que a própria UCID é parte integrante. (As razões que impediram este partido de participar nas eleições de 1991 são do

conhecimento de todos os deputados da III Legislatura - a última do regime de partido único - da qual fiz parte, assim como Carlos Veiga, por exemplo).

Por outro lado, como insistência gera insistência (o pão-nosso de cada dia nas democracias!), quando, em relação às eleições de 13.Jan.91, o articulista sublinha: “*como se pudesse, em rigor, haver eleições democráticas em «monopartidarismo» constitucionalizado*”, diria, caso eu não esteja a interpretar mal o sentido da frase, que as eleições ocorridas naquela data podem ser tudo, mas nunca monopartidárias, constitucionalizadas ou não, pelas seguintes razões:

A abertura política teve lugar em Fevereiro de 1990, e de imediato o Parlamento procedeu a uma revisão mínima da Constituição de 1981, então em vigor, a fim de adaptá-la à nova etapa, nomeadamente, fazendo cair o artº.4º e aprovar a Lei de partidos políticos. Com essa revisão foram criadas as condições que possibilitaram que o MpD fosse legalizado em tempo recorde. Nesse meio tempo, o PAICV e o MpD sentaram-se à Mesa de Negociações para acertar os trâmites, as datas e os calendários para as eleições de 1991, tendo-se, a partir daí, dado início a uma longa fase de pré-campanha, seguida de campanha oficial, que culminaram com a vitória ventoinha, tanto nas legislativas como nas presidenciais!

São essas eleições, que durante cerca de um ano foram objecto de campanhas de desinformação e balbúrdia “democrática” da parte dos partidos que os ventoinhas chamam de monopartidárias? Que magia utilizada foi essa que possibilitou a que o MpD e o PAICV disputassem umas eleições monopartidárias entre dois partidos? Se assim fosse, o MpD teria participado nelas? Toda essa luta (porque é disso que se trata!) apenas para equiparar o 13.Jan.91 ao 05.Jul.75? Nessa base, a tentativa de impingir, forçosamente, a data das primeiras eleições pluripartidárias como dia da liberdade e da democracia, por as eleições terem sido ganhas pelo MpD, é simplesmente aberrante! Por isso, enquanto não for cabalmente convencido do contrário, continuo na minha.

Por outro lado, quando diz que “*como ouvimos Carlos Veiga em Mindelo a asseverar que tal data [13 de Janeiro] não seria domínio reservado de ninguém, mesmo do MpD e dos protagonistas da Mudança*”, estarei plenamente de acordo, desde que se considere que os protagonistas da mudança são os partidos políticos no seu conjunto, e a Sociedade cabo-verdiana, em particular, que depositara o seu voto nas urnas nas primeiras eleições democráticas, que é importante apenas por simbolizar o início da segunda República.

Para terminar, reitero que apesar de termos dois partidos políticos com primazia na sociedade cabo-verdiana, o País é constituído por um único Povo, simbolizando, simultaneamente, a independência nacional, a liberdade e a democracia.